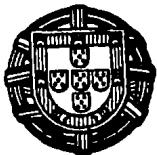


Quarta-feira, 4 de Fevereiro de 1981



# DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 3 DE FEVEREIRO DE 1981

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. António Jacinto Martins Canaverde

**Secretários:** Ex.<sup>mo</sup> Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Alfredo Pinto da Silva

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Mala Nunes de Almeida

**SUMÁRIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta do expediente e da apresentação de requerimentos.

Em declaração política, o Sr. Deputado Jorge Sampaio (PS) referiu-se à realização nesta mesma sessão da eleição de Provedor de Justiça, acusando os componentes da maioria parlamentar de terem procedido a uma paralisação entre os vários titulares de órgãos ou cargos públicos. Respondeu no fim a um protesto do Sr. Deputado Amândio de Azevedo (PSD) e a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Narana Coissôr (CDS) e Mário Tomé (UDP).

IGualmente em declaração política, o Sr. Deputado Manuel António dos Santos (PSD) teceu várias considerações sobre o II Congresso da UGT, realizado no passado fim de semana. Respondeu no fim a pedidos de esclarecimento e a um protesto dos Srs. Deputados Mário Tomé (UDP) e Jerónimo de Sousa (PCP).

Também em declaração política, o Sr. Deputado Barrilero Ruas (PPM) teceu algumas considerações sobre a Revolução de 31 de Janeiro de 1891.

O Sr. Deputado João Lima (PS) fez uma intervenção criticando a actuação do Governo face à realização do Congresso das Comunidades Portuguesas. Respondeu no fim a um protesto e a pedidos de esclarecimento, respectivamente, dos Srs. Deputados José Gama (CDS) e Natália Correia (PSD).

O Sr. Deputado Álvaro Brasileiro (PCP) referiu-se às graves consequências para a agricultura resultantes da prolongada seca que vem verificando-se.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD) fez uma intervenção acusando a existência de um acordo PS/PCP/Intér tendente a impedir ou dificultar a realização do Congresso das Comunidades Portuguesas. Respondeu no fim a um protesto do Sr. Deputado João Lima (PS).

A propósito desta última intervenção, o PS anunciou no decorrer da sessão o seu propósito de requerer um inquérito parlamentar sobre o teor das acusações feitas pelo Sr. Deputado Nandim de Carvalho (PSD).

**Ordem do dia.** — Os Srs. Deputados Raul Rego e Mário Cal Brandão foram autorizados pela Assembleia a comparecerem a um julgamento no 2.º Juízo Correcional de Lisboa.

O Sr. Deputado César Oliveira (UEDS) fez a apresentação do projecto de lei n.º 93/II, sobre a instalação ou estacionamento de armas nucleares em território nacional. A este propósito, interviveram a diverso título os Srs. Deputados José Luís Nunes (PS), Júlio Morgado (CDS), Mário Tomé (UDP), Borges de Carvalho (PPM), Carlos Candal (PS), Herberto Goulart (MDP/CDE), Marcelo Curto (PS), Américo Dias (PSD), Sousa Marques (PCP) e António Vitorino (UEDS).

Foi ainda deliberada por unanimidade, sob proposta do PCP, a criação de uma comissão eventual para o Ano Internacional do Deficiente. Intervieram na discussão os Srs. Deputados José Ernesto (PCP), Maria José Sampaio (CDS), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Amélia de Azevedo (PSD), José Niza (PS) e Lemos Damião (PSD).

Procedeu-se à eleição do Provedor de Justiça, tendo sido eleito o Sr. Dr. Eudoro Martins Pamplona Moniz de Sá Corte Real.

Procedeu-se igualmente à eleição para vogal da Comissão Constitucional, tendo sido eleito o candidato Joaquim Manuel Moreira Cardoso da Costa.

Procedeu-se ainda às eleições do presidente e vice-presidente do Conselho Nacional do Plano, embora por dificuldades técnicas o seu resultado seja apenas anunciado na próxima sessão.

Finalmente, o Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 55 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)  
Adérito Manuel Soares Campos.  
Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.  
Alberto Augusto Faria dos Santos.

Alvaro Barros Marques Figueiredo.  
 Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.  
 Américo Abreu Dias.  
 António Augusto Lacerda de Queirós.  
 António Augusto Ramos.  
 António Duarte e Duarte Chagas.  
 António Roleira Marinho.  
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.  
 António Vilar Ribeiro.  
 Armando Costa.  
 Arménio Jerónimo Martins Matias.  
 Bernardino da Costa Pereira.  
 Cecília Pita Catarino.  
 Cipriano Rodrigues Martins.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Dinah Serrão Alhandra.  
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
 Eleutério Manuel Alves.  
 Fernando José F. Fleming d'Oliveira.  
 Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.  
 Fernando Manuel Cardote Barbosa Mesquita.  
 João Afonso Gonçalves.  
 João Aurélio Dias Mendes.  
 João Evangelista Rocha de Almeida.  
 João Manuel Coutinho Sá Fernandes.  
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.  
 Joaquim Pinto.  
 José Augusto de Oliveira Baptista.  
 José Augusto Santos da Silva Marques.  
 José Manuel Pinheiro Barradas.  
 José Mário de Lemos Damião.  
 José de Vargas Bulcão.  
 Júlio Lemos Castro Caldas.  
 Leonel Santa Rita Pires.  
 Luís António Martins.  
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.  
 Manuel António Araújo dos Santos.  
 Manuel António Lopes Ribeiro.  
 Manuel Ferreira Martins.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.  
 Manuel Ribeiro Arruda.  
 Manuel Vaz Freixo.  
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.  
 Maria Margarida do R. da C. S. M. Ribeiro.  
 Marília Dulce Coelho Pires M. Raimundo.  
 Mário Dias Lopes.  
 Mário Ferreira Bastos Raposo.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Mário Marques Ferreira Maduro.  
 Natália de Oliveira Correia.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Pedro Augusto Cunha Pinto.  
 Pedro Miguel Santana Lopes.  
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
 Rui Alberto Barradas do Amaral.  
 Valdemar Cardoso Alves.  
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.

#### Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.  
 Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 Alfredo Pinto da Silva.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Azevedo Gomes.  
 António Carlos Ribeiro Campos.

António Fernandes da Fonseca.  
 António Magalhães da Silva.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 António Janeiro.  
 António José Vieira de Freitas.  
 António Marques Ribeiro Reis.  
 António Teixeira Lopes.  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
 Beatriz Cal Brandão.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano José Alves Moreira.  
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.  
 Alfredo Albano de C. Azevedo Soares.  
 Américo Maria Coelho Gomes de Sá.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 António Mendes de Carvalho.  
 Armando Domingues D. Ribeiro de Oliveira.  
 Daniel Fernandes Domingues.  
 Emílio Leitão Paulo.  
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.  
 Henrique José C. M. Pereira de Moraes.  
 Isilda da Silva Barata.  
 João Cantinho M. Figueiras de Andrade.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 João José M. Ferreira Pulido de Almeida.  
 José Augusto Gama.  
 José Eduardo F. de Sanches Osório.  
 José Vicente de J. Carvalho Cardoso.  
 Luís Carlos C. Veloso Sampaio.  
 Luísa Maria Freire C. Vaz Raposo.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 Mário Gaioso Henriques.  
 Narana Sinai Coissoró.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Favares Brasileiro.  
 António Anselmo Aníbal.  
 António Dias Lourenço da Silva.  
 António José de Almeida Silva Graça.  
 António da Silva Mota.  
 Carlos Alberto do Carmo da C. Espadinha.  
 Carlos Alfredo Brito.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Ercilia Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Georgette Ferreira de Oliveira.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 Joaquim Miranda da Silva.  
 Joaquim Victor Gomes de Sá.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 Jorge Patrício.  
 José Ernesto I. Leão de Oliveira.  
 José Manuel da Costa Carreira Marques.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 Josefina Maria Andrade.  
 Lino Carvalho Lima.  
 Manuel Rogério Brito.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Maria Ilda Costa Figueiredo.  
 Mariana Grou Lanita da Silva.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Vital Martins Moreira.

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

António Cardoso Moniz.

Henrique Barrilero Ruas.

Jorge Victor M. Portugal da Silveira.

Maria José Pontes de Gouveia.

**Acção Social-Democrata Independente (ASDI)**

Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.

Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

**União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)**

António Ferreira Guedes.

César Oliveira.

**União Democrática Popular (UDP)**

Mário António Baptista Tomé.

**O Sr. Presidente:** — Responderam à chamada 160 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 15 horas e 30 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vai proceder-se à leitura do expediente.

Deu-se conta do seguinte:

**Expediente****Exposições**

De Mário Pinheiro da Rocha, residente em Vila Nova de Gaia, apresentando queixa pela forma, que considera abusiva, como a Câmara Municipal do seu concelho actuou em relação a um prédio urbano pertencente a um seu familiar.

Dos reclusos da Cadeia de Monsanto solicitando que sejam tomadas providências para a concessão de uma ampla amnistia aos crimes cometidos até 31 de Dezembro de 1980.

**Ofícios**

Da comissão de trabalhadores da empresa Pirites Alentejanas, S. A. R. L., de Aljustrel, do Secretariado das Comissões de Base de Saúde, de Montemor-o-Novo, e do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa, reclamando contra os aumentos verificados nos Serviços Médico-Sociais.

Da Assembleia de Freguesia de Rio Tinto enviando uma moção em que exige o integral cumprimento da Lei das Finanças Locais.

Do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa reclamando contra a actual situação na Gitextil — Confecções Ideal e dando conta de moções aprovadas em plenário dos respectivos trabalhadores, levado a efeito no dia 16 de Janeiro transacto.

Nas últimas sessões foram apresentados os seguintes requerimentos:

Ao Ministério dos Assuntos Sociais, formulado pelo Srs. Deputados Magalhães Mota e Vilhena de Carvalho; ao Ministério das Finanças e do Plano, formulado pelo Sr. Deputado João Cantinho de Andrade; ao Ministério da Educação e Ciência e ao Governo, for-

mulados pelo Sr. Deputado Jorge Lemos; ao Ministério da Habitação e Obras Públicas, formulado pelo Sr. Deputado Sousa Gomes; aos Ministérios do Trabalho e da Administração Interna e Secretaria de Estado da Cultura, formulados pelo Sr. Deputado Gomes de Pinho; à Secretaria de Estado da Cultura, formulado pelo Sr. Deputado Gomes de Pinho.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

**O Sr. Jorge Sampaio (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vai hoje a Assembleia da República proceder como é de lei e da sua competência, à eleição do Provedor de Justiça.

Não é de estranhar, portanto, que a bancada socialista deseje assinalar o facto, enquadrando-o no âmbito das aspirações populares de aprofundamento democrático, verificáveis a todos os níveis da sociedade portuguesa.

Do debate recentemente realizado nesta Assembleia, em torno do Programa do Governo, permanece-se com esta pergunta singela, que ficou a pairar por entre vários nevoeiros: que lugar, afinal, para o cidadão? Que lugar, afinal, para o trabalhador na empresa?

Quaisquer que sejam as roupagens ou as apropriações conceptuais com que nos apareceu o chamado modelo conservador, é bem claro que o sistema que pretende reproduzir na sociedade depende de quanto maior for a passividade do cidadão, de quanto maior for a sua incapacidade para influenciar as decisões que afectam ou comandam a sua vida quotidiana.

Uma alternativa democrática, própria de um Partido Socialista, à perspectiva conservadora e no campo que ora nos interessa terá sempre de assentar no reforço, para o cidadão, dos seus poderes reais, dos meios de os exercer e do relacionamento profundo entre aqueles e estes.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Nas sociedades industriais europeias, e também nos países em vias de desenvolvimento, por toda a parte se echoça uma nova dinâmica, que tem fundamentalmente a ver com a necessidade de uma original e articulada resposta à crise dessas sociedades e ao seu modelo de desenvolvimento.

Será por isso indispensável, no futuro próximo, responder em todas as instâncias, e nomeadamente no quadro político, às exigências de aprofundamento democrático assim entreabertas, pois a crise em que vivemos só poderá começar a ter uma nova e indispensável resposta se, como alguém já lucidamente referiu, «se reforçar o papel dos trabalhadores nas empresas e dos cidadãos na cidade».

Comecemos pela Assembleia da República, instituição essencial da vida política portuguesa e reflexo primordial da representação popular. Para que o seu verdadeiro papel se consolide e se amplie torna-se necessário não só o reforço dos meios e instalações ao seu dispor e um necessário consenso sobre novos métodos de trabalho mas também que a Assembleia seja um reflexo real da vida do País, um reflexo e uma emanção das aspirações populares e que esteja indissoluvelmente ligada à constante afirmação e consolidação

de um poder democrático na sociedade e em todos os sectores e órgãos da vida do Estado.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

**O Orador:** — A via democrática alternativa, necessariamente progressista, faz com que não desperdicemos nem esqueçamos a necessidade, no quadro desta Assembleia, de uma iniciativa constante para renovar, em profundidade, as leis, as estruturas e os aparelhos do Estado. A batalha pelas transformações económicas e sociais, objectivo permanente do PS e da FRS, tem também de se aliar a da renovação de todos os órgãos e poderes do Estado, de modo a inspirá-los com orientações intimamente relacionadas com as profundas aspirações populares que o 25 de Abril desencadeou.

Em suma: a sociedade alternativa à do modelo conservador tem de fazer da extensão e do aprofundamento da democracia representativa e das liberdades um objectivo fundamental, dando guarida, do mesmo passo, a um processo de crescente intervenção popular a todos os níveis da sociedade.

Isso implica também ideias e objectivos coerentes e claros quanto à democratização total dos sindicatos (e a um esforço claro da sindicalização), da organização e da vida da magistratura, das forças armadas, um real e simplificado acesso ao direito e aos mecanismos que oferece para a regulação dos interesses em conflito.

A democratização real da sociedade passa, necessariamente também, pela reorganização da empresa e pela planificação democrática. Não será demasiado insistir-se pela protecção legal e pelo alargamento das capacidades de intervenção sindical e das comissões de trabalhadores ao nível da estrutura produtiva, nomeadamente nos campos da organização e condições do trabalho, do emprego, nas escolhas ou opções fundamentais que à mesma estrutura se oferecem, no quadro, em suma, da preparação do Plano.

Mas é também necessário que se reforce e se clIFIQUE o peso interventor dos cidadãos no processo decisório das questões que os afectam, só possível, na realidade, pela descentralização do próprio poder e pela participação directa nas decisões em instâncias o mais próximas possíveis das pessoas por elas afectadas.

Será nas virtualidades dinâmicas e resultantes da ligação entre planificação democrática, descentralização e reforma profunda da empresa que se jogará o necessário aprofundamento democrático, e será deste modo também que se gerarão os mecanismos solidários — no quadro da verdadeira solidariedade possível — tão indispensáveis nestes tempos de crise.

A consolidação democrática e a instalação e sucesso de uma via progressista para a democracia portuguesa é tarefa que compete à oposição socialista dinamizar na sociedade (também pela compreensão dos seus movimentos profundos) e terá de se fazer a todos os níveis, desde a extensão e o reforço dos direitos de participação e decisão ao nível local, das regiões e das empresas, ao aprofundamento associativo e à alternativa cultural, à proposição de novas formas de gestão para as empresas nacionalizadas e de participação dos utentes na gestão dos serviços públicos (ou

de natureza social), à decisão sobre as opções que se formulam quanto ao meio ambiente em que se enxertam a cidade e o campo.

Vozes do PS: — Muito bem!

**O Orador:** — Mas no contexto contraditório da sociedade actual e sem cuidar agora das perspectivas ou das alternativas do seu desenvolvimento futuro, é já função e dever de todos os grupos parlamentares desta Câmara o balanço sobre o órgão constitucionalizado que é o Provedor de Justiça.

Órgão público e independente a cuja criação se acha indissoluvelmente ligado o Partido Socialista, na pessoa do Ministro da Justiça que subscreveu o Decreto-Lei n.º 212/75, de 21 de Abril, em execução do seu plano de actuação deu-lhe a Assembleia da República, no quadro dos ditames constitucionais, ampla consagração com a aprovação da Lei n.º 81/77, de 22 de Novembro, que contém o Estatuto do Provedor de Justiça.

O instituto da Provedoria foi pensado para denunciar as ilegalidades e as injustiças dos actos da Administração e a sua característica de órgão individual (que assume aqui e na maior parte dos casos análogos) tem tudo a ver com o prestígio, autoridade, competência, independência e tradição democrática do seu titular.

Vozes do PS: — Muito bem!

**O Orador:** — O controle exercido pelo Provedor sobre a administração não se pode confundir com o controle exercido pelo Parlamento e a sua total e real independência em relação a este é de vital importância, exactamente para o subtrair às combinações de natureza partidária e para melhor garantir a eficácia da sua acção.

O balanço da actividade da Provedoria de Justiça na reparação de injustiças, na sua função de guardião da legalidade, ou na sua função de conciliar a necessidade de reparação, tem registado elogios unânimis de todas as forças políticas desta Câmara, sempre dirigidos e corporizados no seu actual titular, o Dr. José de Magalhães Godinho.

*Aplausos do PS, da ASDI, do PCP, do PPM, do MDP/CDE e de alguns deputados do PSD.*

A forma inteligente, competente, independente, dedicada e exemplar como este, quer por si próprio, quer na forma como dirigiu e estimulou os seus colaboradores, implantou a Provedoria da Justiça é hoje questão pacífica, a ponto de este serviço se ter tornado uma real instituição da nossa vida democrática, imune que tem estado, por obra, sem dúvida, do actual Provedor, a todas as vicissitudes políticas e sociais que temos atravessado.

E a tal ponto a instituição se radicou na vida portuguesa e a sua vital importância se comprehendeu que inclusivamente (para não falar já do PPM, cuja posição é conhecida) o Sr. Primeiro-Ministro, em devido tempo, teve mesmo de afirmar que, dada a natureza do cargo, este deveria ser provido por uma personalidade não afecta à maioria.

O que surpreende, pois — a ajuizarmos pelas notícias de conhecimento público —, é que a próxima

eleição do novo Provedor de Justiça tenha sido algo contemplado na partilha, entre as componentes da maioria, de vários titulares de órgãos ou cargos públicos.

A esta partilha programada (que é coisa diferente do direito legítimo de livre escolha), partilha que ninguém negou, tem o Partido Socialista de contrapor a sua crítica e reprovação frontais, ainda com a esperança de que algumas realidades evidentes e o bom senso possam prevalecer, pois tal é exigido pela natureza e função do Provedor de Justiça

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente Srs. Deputados: É que se não trata do cidadão José de Magalhães Godinho, enquanto tal: trata-se, isso sim, da avaliação condigna e indispensável de quem, acima de tudo e de todos, e no quadro permanente dos princípios democráticos, prestigiou uma função de forma exemplar e apartidária, com o que só se podem congratular esta Câmara, os cidadãos e o País.

*Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE e de alguns deputados do PSD.*

Por isso mesmo, e por sentir que com isso prestigia a democracia e a estabilidade transparente e eficaz da Provedoria de Justiça, é que o Partido Socialista a ASDI e a UEDS propuseram, a eleição, a recondução do Dr. Magalhães Godinho.

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Será esta, Srs. Deputados, uma das vezes em que, sem qualquer dúvida cu preocupação, podemos convictamente dizer que, com essa recandidatura, presta à esta Câmara, a defesa dos direitos dos cidadãos e as instituições democráticas.

Oxalá a maioria, como devia, o tenha compreendido

*Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS, do PCP do MDP/CDE e da UDP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Sr. Presidente e Srs. Deputados: A primeira razão do meu protesto é a seguinte: acaba de se inaugurar, na Assembleia da República, algo que me parece não prestar a esta instituição. Vão hoje ter lugar eleições para o Conselho Nacional de Plano e para a Provedoria de Justiça e acabamos de assistir a uma intervenção de campanha eleitoral, facto sem precedentes nesta Assembleia da República.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Em segundo lugar, a intenção última desta intervenção é profundamente lamentável e criticável porque a questão ao ser colocada tal como foi — e é perfeitamente possível ter posições diferentes porque se trata de uma eleição, de um acto de escolha política, acerca do qual cada grupo, cada pessoa, pode ter a sua posição — levanta um problema de moralidade..

**Vozes do PS:** — É verdade, é verdade! ...

**O Orador:** — ... Na medida em que tal seja completamente a que tões que estão na sua base. Pretende-se insinuar que as pessoas, que não votem no candidato A ou no candidato B têm em relação àquele esta ou aquela atitude, este ou aquele julgamento. Isso é redonda e profundamente falso e contrário às regras mais elementares da democracia.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Argumenta-se no sentido de que o Provedor de Justiça deve ser elemento da oposição. Eu aqui gostaria de perguntar ao orador se realmente se converteu recentemente a esta tese.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... e se porventura a não defendeu neutro, tempos quando o Partido Socialista era maioria.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM*

Nós até podemos estar de acordo, em geral, com muitas das considerações feitas pelo Sr. Deputado Jorge Sampaio, pois o problema não está aí. Mas quando se trata de um problema desta natureza, ou seja de saber se é apto ou não a esta ou aquela candidatura, isso não é tão simples como se pretende fazer crer e obedece a um conjunto de ponderações tão legítimas como as que foram apresentadas aqui à Assembleia, pelo Sr. Deputado. É por isso que considero esta intervenção profundamente centrífuga às regras da moralidade política e profundamente divisionista. É lamentável que tenha sido produzida nesta Assembleia

**O Sr. Vítor de Sá (PCP):** — Não apoiado!

**O Orador:** — Oxalá que este estilo de actuação, no próprio dia em que se realizam eleições nesta Assembleia, não venha a ser repetido por outras bancadas

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM*

**O Sr. José Niza (PS):** — Não apoiado!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Em nome do meu grupo parlamentar, e aproveitando a presença do Sr. Dr. José Magalhães Godinho, quer a dizer que nós não aplaudimos as referências elogiosas feitas pelo Sr. Deputado Jorge Sampaio, não porque tivemos alguma coisa a opor a estas referências, mas porque, ao contrário do que o Sr. Deputado Jorge Sampaio pretendeu, ele partidiariou a figura do Provedor de Justiça. E como a partidiariou, nós, em memória na celebração de não bater palmas. Queria dizer ao Sr. Provedor de Justiça actual, Sr. Dr. José Magalhães Godinho, a quem temos pelo seu trabalho desenvolvido e que para o futuro nada nos inculta, a não ser que seja outra vez reeleito. Foi a participação escandalosa, feita pelo Deputado do PS, que nos levou a não aplaudirmos a palavra elogiosa e que o actual Provedor de Justiça bem merece.

*Aplausos do CDS e do PPM*

O Sr. José Niza (PS): — Que hipocrisia!

O Orador: — Queria agora perguntar ao Sr. Deputado Jorge Sampaio se entrou já no sangue do PS a tendência para partidarizar todas as magistraturas individuais. Nós já vimos que a figura do Presidente da República foi partidarizada mediante o pacto secreto — que depois foi divulgado — e a que veio a chamar-se «base de entendimento» e que coarta a liberdade do Sr. Presidente da República e a própria liberdade do PS...

O Sr. José Niza (PS): — Tenha juízo!

O Orador: — ...em defender soluções viáveis e optimas para a revisão constitucional Pergunto, pois, se a declaração política feita hoje pelo Sr. Deputado Jorge Sampaio também é uma nova tentativa de partidarizar estas magistraturas individuais.

Pergunto ainda — e a isto o meu colega Amândio de Azevedo já se referiu — qual a razão pela qual o Partido Socialista, quando esteve no Governo, nunca se lembrou de dar à oposição esta magistratura de fiscalização política e administrativa, dando-a a um dos seus mais prestigiados militantes.

Queria saber ainda se o Sr. Dr. Jorge Sampaio tem alguma coisa a dizer quanto à integridade e à independência do outro candidato apresentado pela AD para o mesmo lugar de Provedor de Justiça.

*Aplausos do CDS e do PPM.*

O Sr. Carlos Lage (PS): — Que degradação!

Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Antes de me referir propriamente ao Sr. Deputado Jorge Sampaio, gostaria de dizer que tenho a impressão de que quem partidarizou esta questão foi quem, concordando com os elogios ao Sr. Dr. Magalhães Godinho, não aplaudiu tais referências.

Pergunto agora ao Sr. Deputado Jorge Sampaio, tendo em atenção que o conceito geral expresso aqui nesta Assembleia pelos partidos da AD é no sentido de que o comportamento e o trabalho desenvolvido pelo Dr. Magalhães Godinho têm sido exemplares — nomeadamente num ponto em que normalmente todos se queixam, que é o da dificuldade em arranjar pessoas isentas, apartidárias ou pelo menos capazes de actuarem de uma forma isenta e exemplarmente independente — tendo os partidos da AD apoiado todas essas declarações feitas ao Sr. Dr. Magalhães Godinho, se não acha que não será legítimo admitir que, quando propõem um outro candidato para o cargo de Provedor de Justiça, não estará a AD cansada de que esse cargo seja desempenhado por uma personalidade tão independente e queiram pôr tal cargo ao serviço dos interesses da clientela da AD.

Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jorge Sampaio poderá responder, se assim o desejar.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu penso que o Sr. Deputado Amândio de Azevedo, com este hábito, certamente salutar para o

seu partido, de intervir constantemente, mas uma vez não percebeu ou então percebeu bem de mais — e então tocou rigorosamente no vinte — aquilo que era a intenção e o substrato desta intervenção.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nos não precisamos de fazer campanha eleitoral. Simplesmente, a eleição da Provedoria de Justiça — que, evidentemente, depende desta Câmara — impõe a consideração daquilo que é o instituto e daquilo que devem ser as qualidades das pessoas ou pessoa que tem desempenhado essas funções. Pensamos, por isso mesmo, que não se trata — e seria uma injúria a todas as bancadas desta Câmara pensar que com intervenções deste tipo tal se pretenderia — de influenciar o que quer que seja mas apenas de dar testemunho, e que ao Partido Socialista se impõe fazer, daquilo que é um transcendente acto na organização democrática, na organização dos poderes democráticos da sociedade portuguesa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso mesmo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em matéria de organização democrática e de fiscalização democrática, pela minha parte, e penso eu que pela de todos os deputados desta bancada, dispensamos frontalmente quaisquer lições de moralidade do Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — É pena!

O Orador: — Em todos os momentos da vida, e quaisquer que tenham sido as contradições, em matéria de defesa da moralidade democrática, responde o nosso passado e o nosso presente e certamente responderá o nosso futuro.

O Sr. Deputado também não ouviu que eu distinguia cuidadosamente — porque esperava que este argumento banal viesse a talhe de foice —, a páginas 6 da minha intervenção, aquilo que deve ser a escolha livre de cada deputado na Assembleia da República e aquilo a que curiosamente o Sr. Deputado Amândio de Azevedo não se referiu, que foi à partilha dos lugares do poder do Estado e do poder democrático, feita em torno da escolha do Presidente da Assembleia da República. Era a isso que eu esperava que tivesse havido uma negativa, era a isso que eu esperava um desmentido formal e sobre isso — já como de outra vez — houve que registar o mais profundo dos silêncios, silêncio esse, portanto, altamente significativo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A referência ao facto de o Sr. Provedor de Justiça dever ser uma figura da oposição não é do Partido Socialista, mas sim do Sr. Primeiro-Ministro. E até pela nossa parte, estamos inteiramente à vontade sobre isso, porque o teor da minha intervenção é claramente demonstrativo de que, tendo no seu início uma origem partidária — como era o caso do socialista Jose Magalhães Godinho —, ele foi votado nesta Câmara sem votos contra e toda a sua actuação

nestes últimos quatro anos se pautou precisamente por estar acima de qualquer conotação partidária.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Se lerem os seus relatórios, — uma coisa que naturalmente muitos dos Srs. Deputados não fizeram —, vêem que as censuras do Provedor de Justiça se dirigiram a vários socialistas, quer em governos civis, quer em autarquias locais.

*Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS, do PCP e do MDP/CDE.*

E, por isso mesmo, foi esta indicação, foi o balanço que se pode fazer de quatro anos de actividade que despartidarizou aquilo que foi a indicação em tempo útil feita pelo Partido Socialista.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Assim, respondo também à primeira questão do Sr. Deputado Narana Coissoró. Pode, pois, dizer-se que não vamos reeditar a questão de outras magistraturas. Efectivamente, a partidarização fez-se aquando da partilha dos vários órgãos, ou seja, quando se disse: «aquele senhor para ali e aquele senhor para acolá.» É contra isso que nós estamos, porque isso passa à revelia daquilo que é a estrutura, o objectivo e a dedicação do que deve ser um provedor de justiça.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Que grande lata!

O Orador: — Evidentemente que todos nós, da profissão de juristas ou advogados, conhecemos o candidato apresentado, salvo erro, pelo CDS. Não lhe conhecemos mais nada, e não é lícito fazer reprovações ou quaisquer juízos de intenção *a priori*. O que podemos, digo-o com toda a sinceridade, é dizer que não lhe conhecemos qualquer tradição democrática. Isso, de facto, é desconhecido de todos os profissionais do foro, de todos aqueles para quem a democracia nos anos anteriores — não depois do 25 de Abril de 1974 — dava a nota tónica da personalidade, da cultura e da sua missão na sociedade para um magistrado enquanto tal. Isso, de facto, não lhe conhecemos e sobre isso há o mais profundo dos silêncios. E é melhor ficarmos por aqui!

Recordamos também, para finalizar esta resposta ao Sr. Deputado Narana Coissoró, que o Sr. Provedor de Justiça que termina agora o seu mandato foi eleito na altura devida. Ora, nessa mesma altura, que se saiba, não houve outro candidato, e a aceitação dessa eleição foi geral por parte de todas as bancadas.

Em síntese, e para os Srs. Deputados da maioria, devo dizer que o que importa de facto é que desfomalizemos estas questões e que saibamos subir um pouco para além daquilo que é o quotidiano das manobras ou dos arranjos de bastidor, para aquilo em que se versa efectivamente a sociedade democrática, para aquilo que é a defesa dos cidadãos frente à Administração, para aquilo que é o aprofundamento real da democracia e das liberdades.

Sobre isso também rezou dos Srs. Deputados o mais profundo dos silêncios.

Em relação à pergunta do Sr. Deputado Mário Tomé, penso que o Sr. Deputado a deve dirigir, em altura oportuna, àqueles que são nesta Câmara os nossos colegas da maioria. Eles saberão — e o futuro dirá — quais foram as suas reais intenções. Quanto a nós, e pela minha parte, interessava-nos avaliar factos, fazer a sua correlação com a natureza e com os objectivos do instituto e, no fundo, perceber — para além das dificuldades ou dos vários entroncamentos da vida — aquilo que efectivamente a solidifica, aquilo que aprofunda a relação entre os cidadãos e a democracia.

Foi este o nosso objectivo. Não se trata de declaração de campanha eitoral, pois o nosso candidato não precisa disso, tal como os próprios Srs. Deputados o dizem. Contudo, o que precisa de clarificação democrática são as vantagens e as virtualidades do instituto da Provedoria de Justiça, e nessa batalha estaremos, como sempre, na fila da frente.

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António dos Santos.

O Sr. Manuel António dos Santos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos para nós que um dos pressupostos essenciais da democracia verdadeiramente autêntica, nos seus aspectos políticos, sociais, culturais e económicos, passa pelo pleno e constante aprofundamento do que são os deveres e direitos de todos e cada um dos cidadãos, quer enquanto pessoas, quer quando integrados nas suas organizações de classe, quer ainda quando, por fruto do alcance de novas condições de vida, se estabeleça diálogo entre parceiros sociais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Clareza, diálogo, firmeza, consciência das realidades circundantes, respeito pelos direitos legítimos de todos e cada um, são, quanto a nós, atributos que se impõem como dever patriótico a todos os portugueses e suas organizações representativas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Afirmando tais pressupostos, impõe-se-nos como dever de consciência chamar hoje a esta tribuna um acontecimento vivido este fim de semana, que, por obedecer às regras atrás anunciadas, contribuirá firmemente para o estabelecimento de condições que levarão Portugal e os Portugueses, serena mas seguramente, ao aprofundamento da paz e da justiça social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — De facto, o fim de semana que passou viu realizar-se o II Congresso da UGT, e nele a expressão reafirmada de que a maioria dos trabalhadores portugueses optou, natural e irreversivelmente, pela sua livre e democrática organização.

Vozes do PSD: — Muito bem!

**O Orador:** — Organização livre e democrática, por rejeitar a «unicidade interista», por rejeitar ser corrente de transmissão de outros que não sejam os interesses dos seus representados.

Organização livre e democrática, por consentir e cultivar no seu interior as diversas sensibilidades sindicais, constituindo, desse modo, o melhor travão à proliferação sindical que a unicidade contém como gérmen e que às entidades patronais convém.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Aos trabalhadores portugueses que lhe deram vida cumpre, por isso e em primeiro lugar, saudar de forma calorosa e fraternal.

Mas não ficaríamos de bem se não enaltecessemos, aqui e agora, aqueles que, tendo voz nesta Câmara, aqueles que, sendo líderes nacionais, presentes ou desaparecidos, contribuíram firmemente — sem pedirem nada em troca — para a polarização da luta contra a unicidade sindical e para o estabelecimento de condições que permitiram a audição e livre curso da voz dos trabalhadores portugueses.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Estes não os esquecerão! Nós não os esqueceremos, estejam onde estiverem posicionados, sejam vivos ou já falecidos.

Antes de continuarmos, permita-se-nos declarar que não assumimos a função de porta-voz, nem tão-pouco visamos instrumentalizar a UGT.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Como cidadão, como dirigente sindical, mas, acima de tudo, aqui e agora, como deputado, visamos colocar tão-só um acontecimento que se reveste aos nossos olhos de transcendente magnitude para Portugal, que se reveste da maior importância para a consciência conquista de melhores condições de vida

**O Sr. Lacerda de Queirós (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Pretendermos alcançar outros objectivos seria prontamente denunciado pelas estruturas da confederação nascente e de imediato rejeitado pelos trabalhadores portugueses amantes da liberdade e da democracia.

O II Congresso da UGT representa a reafirmação do desafio lançado desde 1975 contra condições de vida que ambicionavam refinar as inadmissíveis imposições, corporativas de antes do 25 de Abril.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Tal como desde então, estamos certos de que a maioria dos trabalhadores portugueses não deixará de manifestar a sua profunda consciência, vencendo todos os que, de uma maneira ou de outra, pensem que o futuro tem inflexões impositivas de retrocessos nas condições de vida dos Portugueses.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O II Congresso da UGT representa um consciente e democrático desafio a todos os portugueses, aos parceiros sociais, a esta Assembleia, ao Governo. Representa um desafio aos trabalhadores porque lhes compete decidir o conteúdo e a forma de actuação das suas organizações de classe, bem como estancar a corrida à dessindicalização que a actuação da Inter tem vindo a originar.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Representa um desafio aos trabalhadores, a quem compete e convidamos, desde já, a manifestar-se no sentido da exigência de eleições sindicais livres e periódicas, que permitam de uma vez por todas desfazer equívocos sobre a verdadeira representatividade da Inter.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Deste modo, um passo em frente será dado para que não tenha de assumir o Governo a posição de nomear o delegado dos trabalhadores portugueses às conferências da OIT, como vem sucedendo.

É ainda aos trabalhadores portugueses que compete dar vida activa ao contrato social proposto, demonstrando à Inter que tal não constitui uma capitulação perante os interesses económicos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O desafio está lançado. A conveniência da resposta é mais que evidente. Exigem-no Portugal e os Portugueses. Mas essa resposta não pode nem deve ocultar o itinerário de Portugal para um futuro de progresso, onde se faça, de forma cada vez mais justa, a redistribuição e a distribuição dos rendimentos do trabalho, onde haja cada vez melhor segurança no emprego sobre todos os aspectos, onde o amanhã deixe de constituir o grandioso problema que ainda hoje é.

Daí que a todos se imponha responder com os olhos no futuro e com a mesma seriedade que vimos no II Congresso da UGT.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Afirmando ideias que há muito defendemos, o Ministério do Trabalho reclama a autonomia colectiva dos parceiros sociais, sem, contudo, abdicar de, nos momentos de dificuldades evidentes no seu relacionamento, poder constituir-se em fomentador do diálogo criativo, além de estar disposto a apoiar e colaborar no estabelecimento de um contrato social.

A execução prática de tais afirmações é também, em si, uma resposta ao II Congresso da UGT.

Afirmei que o desafio era também lançado a esta Assembleia. De facto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Poder Legislativo reside, por excelência, nesta Assembleia, impondo-se como objectivo essencial que a Lei das Associações Sindicais, que urge rever, venha a consagrar, além de todos os princípios democráticos, eleições sindicais livres.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É este o desafio. É para ele que estamos dispostos a dar o nosso contributo.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel António dos Santos: A UDP apoia a central sindical dos trabalhadores, a CGTP — Intersindical, embora não concordando nem apoiando a linha majoritária do seu secretariado, que considera ter um posicionamento reformista em relação à luta de classes no nosso país. Portanto a UDP considera que a UGT é uma central ao serviço do patronato.

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Gostaria, pois, de perguntar ao Sr. Deputado Manuel António dos Santos, depois de os lugares na UGT terem sido distribuídos proporcional e negociadamente pelas diversas opções políticas existentes lá dentro, se continua a considerar que isso representa o interesse unívoco dos trabalhadores na defesa dos seus interesses de classe. Isso não será contra a politização dos sindicatos?

As palavras que o Sr. Deputado empregou na sua intervenção querem mostrar a CGTP como uma cadeia de um determinado partido político. Aquelas negociações não significam exactamente a mesma coisa? Isso não põe de parte a verdadeira concepção de uma central de trabalhadores, em que os dirigentes, os delegados sindicais e o secretariado devem ser consequência de eleições de base e livres, em que cada um dos seus elementos não deve ser eleito por pertencer a esta ou àquela corrente política, mas sim pela forma como é capaz de assumir a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores?

**O Sr. Presidente:** — Também para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Manuel António dos Santos acabou de fazer uma intervenção que, no mínimo, pareceu confusa e à qual eu gostaria de solicitar alguns pedidos de esclarecimento.

O Sr. Deputado defendeu as posições do Ministério do Trabalho no início da sua intervenção, afirmou-se como dirigente sindical e atacou a mentalidade corporativista surgida em 1975. Portanto, gostaria de lhe colocar uma primeira questão: quando o Sr. Deputado confunde aqui o Ministério do Trabalho com a defesa da UGT e com o facto de ser dirigente sindical, não estará também V. Ex.<sup>a</sup> a ter uma mentalidade corporativista, quando mistura o Ministério do Trabalho com a própria UGT?

Uma outra questão é a seguinte: dizia o Sr. Deputado que este o foi congresso de uma confederação, mas o Sr. Deputado sabe muito bem que a UGT ainda não é estatutariamente uma confederação ...

**Vozes do PSD:** — Já é!

**O Orador:** — Desculpem, Srs. Deputados, mas ou vocês percebem pouco de sindicalismo ou então estão a desmentir a própria UGT, que ainda não se considera como uma confederação totalmente legalizada.

O Sr. Deputado Manuel António dos Santos disse na sua intervenção que no Congresso da UGT esteve representada a maioria dos trabalhadores portugueses. Portanto, gostaria de saber que sindicatos — em particular sindicatos operários — é que estiveram presentes. Isso é uma coisa curiosa que gostaria de ouvir da boca do Sr. Deputado, ou seja, quantos sindicatos operários estiveram representados nesse tal congresso da UGT?

**Uma voz do PSD:** — Só de Aveiro foram 5!

**O Orador:** — Em que estatísticas é que o Sr. Deputado se baseou para considerar que ali estiveram representadas a maioria dos trabalhadores portugueses? Considere que, pelo menos, isso é um atrevimento porque nem a própria UGT se considera a estrutura majoritária representativa dos trabalhadores portugueses.

Uma última questão refere-se ao problema do contrato social. Poderia o Sr. Deputado explicar a esta Câmara quais foram os princípios aprovados em relação aos termos do contrato social que a UGT pretende impor aos trabalhadores que representa? Ou será que mais uma vez se confunde a UGT com o Ministério do Trabalho e com o Programa do Governo, que aqui veio propor essa coisa do contrato social?

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por último, queria fazer um protesto, porque, de facto, se a UGT, se o Ministério do Trabalho e se o governo AD/Pinto Balsemão pretendem impor um contrato social aos trabalhadores portugueses, nomeadamente através da imposição de um tecto salarial de 16 %, através do aumento dos despedimentos, dos contratos a prazo e da subordinação dos sindicatos ao poder político, então devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que esse contrato social está condenado ao fracasso, porque ele tem de ser feito sem ou contra a central sindical dos trabalhadores portugueses, ou seja, contra a CGTP-IN. Por isso mesmo, ele está condenado ao fracasso.

Os Srs. Deputados podem ter muita vontade em impor um contrato social aos trabalhadores portugueses, mas não conseguiram impor degradação das suas condições de vida e de trabalho, porque, de facto, a central sindical dos trabalhadores portugueses, a CGTP-IN, representa a maioria dos trabalhadores portugueses.

Por isso mesmo, isso ficará apenas como um processo de intenções condenado ao fracasso, porque assim entende a maioria dos trabalhadores portugueses, que aderiram à CGTP — Intersindical Nacional.

*Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António dos Santos, para responder, se assim o entender.

**O Sr. Manuel António dos Santos (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já sabia que qualquer intervenção que visasse nesta Câmara enaltecer as virtudes

do sindicalismo democrático iria ser de imediato adjectivada de atrevida e de outras coisas.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, não estranho a adjectivação — chamemos-lhe assim — com que os Srs. Deputados Mário Tomé e Jerónimo de Sousa vieram em defesa da sua querida e bem-amada Intersindical, que os trabalhadores portugueses vêm desde há muito repudiando.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**Vozes do PCP:** — Boa piada!

**O Orador:** — Queria dizer ao Sr. Deputado Mário Tomé — e mais rápido do que o Sr. Deputado foi ao fazer-me a pregunta — que a unidade se baseia e se traduz exactamente no reflexo da verdade do que são as bases. Não há unidade quando nas cúpulas não há o reflexo daquilo que são as bases.

De facto, pretender chamar à Inter a central dos trabalhadores, quando dentro dela se nega o elementar direito do exercício de tendência sindical, é algo que nenhum trabalhador democrata português pode entender.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Sr. Deputado Jerónimo de Sousa não esteve muito atento à minha intervenção, e eu gostaria que estivesse, apesar de entender que, mesmo assim, o resultado seria o mesmo, porque aos deputados do PCP, mesmo que entendam as realidades do que está dito, impõe-se-lhes como dever tentar confundir.

Eu não chamei o Ministério do Trabalho para intervir de uma forma activa nas negociações colectivas. O que eu disse foi que estava de acordo com os princípios expostos e afirmados pelo próprio Ministério do Trabalho. Aquilo que está escrito na minha intervenção não pode, em circunstância alguma, ser entendido como uma intromissão corporativa no mundo do trabalho. Mais: é desejável que o Ministério do Trabalho chame a si as competências que referi.

Também disse na minha intervenção que não urava da palavra na qualidade de porta-voz da UGT. De qualquer modo, gostaria de afirmar ao Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, que ainda um pouco distraído, o seguinte: de facto os correligionários do Sr. Deputado Jerónimo de Sousa não o informaram devidamente daquilo que se passou no Congresso da UGT.

A UGT é confederação a partir do II Congresso, e pena é que os defensores da linha unicitária não tenham estado presentes até ao final do Congresso e se tenham retirado antes da votação dos órgãos nacionais da UGT. Participaram em todos os trabalhos e tiveram direito de livre crítica, o que não vem a acontecer nas realizações da Intersindical.

**Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.**

De facto, Sr. Deputado, desde 1976 que sou dirigente sindical, concretamente no Sindicato dos Bancários do Norte, sindicato de serviços. Contudo, não foram apenas sindicatos de serviços que estiveram presentes e representados no Congresso da UGT. Estive-

ram presentes sindicatos operários, delegados do Sindicato dos Pescadores, do Sindicato dos Têxteis, dos cerâmicos, dos rurais, dos vidreiros e dos metalúrgicos, entre outros.

Para terminar, devo dizer que os delegados que fizeram ao Congresso não foram escolhidos de acordo com a sua filiação político-partidária, mas foram eleitos pelos trabalhadores portugueses. Só assim se explica que, de facto, nessa organização também estivessem defensores da linha unicitária, da linha «intervista».

**Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.**

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito?

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — É para fazer um protesto, porque o Sr. Deputado Manuel António dos Santos não respondeu à minha pergunta.

**O Sr. Presidente:** — Está no seu direito. Faça favor.

**O Sr. Rui Amaral (PSD):** — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**Sr. Rui Amaral (PSD):** — O pedido de esclarecimento foi apresentado pelo Sr. Deputado Mário Tomé e foi respondido — o deputado que intervém responde àquilo que entende responder.

**O Sr. Presidente:** — Certo. Mas eu entendi que o Sr. Deputado Mário Tomé pretendia fazer um protesto.

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Queria fazer um protesto porque a minha pergunta não obteve resposta.

**O Sr. Presidente:** — Mas, como o Sr. Deputado Mário Tomé sabe, cada deputado tem o direito de responder ou não às perguntas que lhe são feitas.

**O Sr. Mário Tomé (UDP):** — Com certeza! Portanto, o Sr. Deputado Manuel António dos Santos não quis responder à minha pergunta.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito?

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — É para fazer um protesto.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já esperava que o Sr. Deputado Manuel António dos Santos não respondesse às perguntas — e é um direito que lhe cabe —, nomeadamente em relação à questão do contrato social e em relação à questão da maioria dos trabalhadores portugueses, que a UGT representaria.

**Protestos do PSD.**

Mas, de qualquer forma, não gostaria de deixar passar em claro a seguinte nota: disse o Sr. Deputado que elementos afectos à CGTP estiveram no Congresso da UGT. Mas isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, só prova que a CGTP e os trabalhadores com espírito unitário, mesmo sendo minoritários seja em que sindicato for, não criam sindicatos paralelos. Essa é, pois, a diferença que existe entre aqueles que estão com a CGTP e aqueles que estão com a UGT.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António dos Santos, para contraprotestar, se assim o desejar.

O Sr. Manuel António dos Santos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se há coisas onde eu não gosto de deixar alguém sem respostas, é no campo sindical. Respondi a todas as questões que me foram colocadas e faço um apelo à capacidade de entendimento dos Srs. Deputados para não estarem a dizer que não respondi àquilo que respondi.

Relativamente ao protesto formulado pelo Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, queria dizer o seguinte: desde há muito que os dirigentes democráticos deste país presentes na UGT vêm defendendo publicamente que em todos os locais deste país onde haja trabalhadores se façam eleições livres, para se saber com quem estão verdadeiramente os trabalhadores.

Não tem sido por culpa da UGT nem dos seus dirigentes que essas eleições não têm sido feitas, mas sim por recusa sistemática dos dirigentes da Inter.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Orador: — Relativamente ao facto de dizer que os representantes da Inter, mesmo sendo minoritários, foram ao Congresso da UGT, queria dizer ao Sr. Deputado Jerónimo de Sousa que também assisti a várias reuniões da Inter. Só que entre as reuniões da UGT e as da Inter há uma grande diferença: nas reuniões da UGT há democracia, há aceitação dos diversos pontos de vista de todos os presentes.

*Aplausos do PSD e do CDS.*

Nas reuniões da Inter há ameaças, há coacção, há agressões e, naturalmente, as pessoas terão de sair e de ser desmotivadas.

**Vozes do PCP:** — É falso!

O Orador: — Não se pode fazer unidade com quem, em todos os momentos e em todas as circunstâncias, rejeita essa mesma unidade.

*Aplausos do PSD e do CDS.*

Dentro desta linha de actuação, não faz o divisionismo quem no exercício da liberdade e da democracia sindicais cria organizações sindicais democráticas, mas sim aqueles que se recusam sistematicamente a ouvir a voz livre dos trabalhadores portugueses.

*Aplausos do PSD e do CDS.*

O Sr. Deputado Jerónimo de Sousa diz que o contrato social é uma cedência ao patronato. Não comprehendo como é que um contrato, seja ele qual for, desde que assumido com idoneidade e quando as circunstâncias essenciais nele estão consagradas, pode ser entendido como uma cedência. E, se há nele condições estabelecidas para benefício de todos os portugueses e para o progresso de Portugal, de nada valerá a adjetivação do Sr. Deputado, porque não sofremos de qualquer espécie de complexos.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Barrilaro Ruas.

O Sr. Barrilaro Ruas (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Noventa anos depois da revolução do 31 de Janeiro, julga o PPM que é tempo de tentar esclarecer o exacto significado histórico e político desse movimento. E o único modo de o fazer é renunciar aos pontos de vista ideológicos, substituindo-os pela perspectiva nacional. Por uma coincidência que se diria preparada, o dia da revolta militar do Porto é imediatamente seguido, no calendário, pela data do regicídio. E algum reflexo deste crime sobre o acto romântico que anunciou a República vem ajudar o historiador no esforço de interpretação.

Vem de longe o respeito dos monárquicos mais conscientes pelos homens que fizeram o 31 de Janeiro, ou que o prepararam no campo das ideias. Um dos livros mais famosos de António Sardinha presta homenagem ao patriotismo e à isenção desse punhado de revoltados e vê neles o propósito de fazer da política alguma coisa mais que o serviço de interesses ou a ridícula fachada de convenções sem conteúdo: vê neles o novo arranque nacional para uma obra concreta de amor fecundo pelas comunidades, o apelo às raízes, a entrega ao bem geral. E é inegável essa faceta da revolta do Porto. A envolvé-la, dando-lhe o ardor e o fogo das grandes horas colectivas, havia o sentimento da honra ferida. Para o homem comum, o 31 de Janeiro foi o gesto heróico de um povo que acabava de sofrer o insulto e o esbulho por parte de uma das duas superpotências da época. Neste ponto, porém, importa recordar que também nos arraiais da monarquia houve o mesmo sobressalto de indignação patriótica, a começar pelo rei, que logo devolveu à rainha Vitória de Inglaterra as condecorações com que o agraciara. Ainda hoje, porém, sobressai naturalmente na história desses meses e anos dramáticos o protesto — tanto mais forte quanto mais alimentado por motivos partidários — que, por toda a parte deu cor republicana ao patriotismo magoado.

«Republicano»? Ou antes socialista? O maior nome que subscreveu e adensou o protesto, dando-lhe forma a um tempo racional e épica, foi o de Antero de Quental, com quem entrava no País, em ritmo de perfeita arte (de pensar, de escrever, de viver), o socialismo de Proudhon. Em Antero, a República era mais uma fórmula que uma convicção, mais uma roupagem que um régimen.

E, quanto ao «patriotismo magoado»... Como não lembrar que os ideólogos do 31 de Janeiro se batiam (na esteira de alguns vintistas e, sobretudo, de Félix Henriques Nogueira) pelo mais declarado iberismo?

Esse iberismo, no entanto, nascia — para esses homens — da mesma fonte que o patriotismo. As reminiscências clássicas e o culto romântico pelas estruturas tradicionais levavam os investigadores da Portugal à afirmação de valores comunitários que antecediam a zona histórica em que as fronteiras se tinham fixado dentro da Península e as dinastias nacionais começaram a desempenhar o seu papel de símbolos. Assim, o patriotismo dos revolucionários do 31 de Janeiro fazia curto-círcito: porque, sobrevoando séculos e milénios, reunia num só amor essas antiquíssimas raízes e o sentido imperial da Lusitânia desembarcada em África. Não nos escandalizemos ao ver boa gente portuguesa — daquela que a história de sete ou oito séculos ensinara a ser portuguesa — estremecer de horror diante da miragem do federalismo ibérico, que fazia as delícias (e o martírio) de um Antero de Quental, de um Oliveira Martins, de um Teófilo Braga, de um Basílio Teles, de um Anselmo Braamcamp Freire.

E houve momentos em que o conflito dos dois patriotismos — o que se revia na Restauração do 1.º de Dezembro, e o que a repudiava — se tornou sangrento e fraticida. Sucessivamente, o 31 de Janeiro de 1891, o 1.º de Fevereiro de 1908 e o 5 de Outubro de 1910 provaram a força das ideias e que essas ideias, quando se transformam em ideologias, são inimigas das pátrias e dos homens.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Muito bem!

**O Orador:** — O ideal que desencadeou as duas revoluções — e que, na sua forma degradada, marcou D. Carlos e D. Luís Filipe — tinha, certamente, uma face pura: aquela em que se reflectia o amor autêntico das pessoas e das comunidades, o apego às liberdades municipais e também o espírito crítico e o sentimento da indignação e da revolta sem o qual o homem é um ser incompleto. Mas, passados noventa anos sobre o 31 de Janeiro, setenta e três sobre o regicídio e setenta sobre a implantação da República, parece legítimo reconhecer que esse ideal se deixou contaminar pelo vírus totalitário do absolutismo ideológico e impediu os políticos responsáveis de encarar com lucidez as realidades nacionais.

É hoje evidente — como o era já em qualquer desses anos relativamente próximos, de que todos ainda sofremos — que a Nação Portuguesa sofria de gravíssima doença moral e política, que é possível descrever, aproximadamente, como crise de identidade, crise de valores comuns, crise nas relações do Poder com o povo-crise, portanto, de representatividade das instituições. Mas, perante essa crise dissolvente, os políticos precipitaram-se no diagnóstico mais fácil. A instituição das instituições, o fulcro da história política, era certamente a dinastia, era o rei, na sua imagem constitucional e, sobretudo, na imagem tradicional que ainda vivia na alma do povo. Pois bem: o remédio de tantos males estava afinal à mão do primeiro revoltado... Ninguém pode negar que o regicídio foi preparado longamente, pacientemente preparado, em mil campanhas de imprensa, escrita e desenhada, discursos de comício ou do Parlamento, até poemas de líricos da moda.

E, para tantos males de que sofria o povo, o remédio não veio da revolta vencida, nem do crime afinal

impune, nem da revolução acidentalmente vitoriosa. O remédio está ainda para vir. Porque não é bastante a estrutura democrática que a Constituição nos assegura, enquanto não houver uma instituição que, sendo a mais popular de todas, seja simultaneamente a menos dependente do critério volúvel dos interesses, ou das ideologias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Talvez seja para bem de todos os portugueses a lição a tirar destas datas históricas. O PPM quer, em qualquer caso, deixar bem expressa e nítida uma palavra de homenagem àqueles que, no 31 de Janeiro, se sacrificaram a um ideal e àqueles que, carregados de história, caíram, no Terreiro do Paço, vítimas de uma audácia assassina — e também de um diagnóstico profundamente errado.

*Aplausos do PPM, do PSD, do CDS e de alguns deputados do PS.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, entraram na Mesa seis votos. Deles, três em relação à memória de João de Barros, apresentados pelo PCP, PSD e PS, um em relação ao 3 de Fevereiro, apresentado pelo PS, um do PCP sobre a invasão pelas tropas sul-africanas do território de Moçambique e um de vários Srs. Deputados relativo à bomba colocada esta noite junto à Embaixada do Brasil.

O período de antes da ordem do dia terminou. Há, no entanto, um requerimento do PS para a sua prorrogação. Se não houver oposição, fica prorrogado e cada partido dispõe de cinco minutos para usar da palavra para o fim que entender.

*Pausa.*

Como ninguém se opõe, tem a palavra o Sr. Deputado João Lima.

O Sr. João Lima (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando as mesmas forças políticas que constituem a actual maioria AD conseguiram a alteração do Decreto-Lei n.º 462/79, de 30 de Novembro, que estabeleceu o quadro jurídico disciplinador do Congresso das Comunidades Portuguesas, cuja iniciativa de realização pertenceu ao Sr. Presidente da República, fomos claros na afirmação que então aqui fizemos de que os fundamentos invocados e pretextados para tais modificações não se ajustavam aos objectivos políticos pretendidos por aquelas forças.

Na verdade, face à complexidade da situação política de 1980, com eleições presidenciais e legislativas quase coincidentes, a AD e o seu governo tornaram a sempre crescente intensificação da luta institucional entre órgãos de soberania elemento fundamental da sua estratégia.

Os factos pertencem já à história, mas não deixaremos de relembrar e de invocar os ataques incompreensíveis que, antes e durante as campanhas eleitorais, os mais responsáveis líderes da AD lançaram à figura do Presidente da República, general Ramalho Eanes, desrespeitando as mínimas e mais elementares regras da ética democrática, da correcção cívica e da convivência e comportamento civilizados.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não apoiado!

**O Orador:** — Foi então que a histeria política e o mau ganhar dos que não respeitam as regras do jogo que mudam à sua bela conveniência foram transformadas pela AD e pelo seu governo, em instrumentos de desestabilização política através do afrontamento dos órgãos de soberania e no quantas vezes vil ataque de natureza pessoal.

Quando se disse — disse-o a AD — que o Presidente da República não tinha competência para organizar o Congresso das Comunidades, não estava certamente em causa a questão formal da delimitação de competências entre o Governo e o Presidente da República.

Antes de mais, e desde logo, estava o ataque ao Presidente da República, à sua idoneidade e imparcialidade políticas.

Estava a guerra total ao Presidente da República, como órgão de soberania, como pessoa e como cidadão.

Dissemos-lo claramente neste hemicílio e os factos inteiramente o comprovaram, mas, felizmente para a democracia portuguesa, com consequências bem diversas daquelas que a maioria pretendia: a derrota inexorável do candidato da AD e a vitória esmagadora do actual Presidente da República em 7 de Dezembro.

E o objectivo era o mesmo quando a AD pretestava, na tentativa gorada de justificar e de revestir de dignidade e de credibilidade as modificações pretendidas no regime legal da organização do Congresso, a necessidade de se dilatar o prazo para sua realização condigna, eficiente e capaz, tendo em consideração a importância política e cultural daquele grande *symposium* de colectivismo cultural português.

Contudo, adiado o Congresso para 1981, a menos de escassos cinco meses da sua efectivação, os respectivos trabalhos estão porventura mais atrasados do que o estavam no momento da alteração do decreto-lei ratificado e, ainda assim, a actual Comissão Organizadora, muito pressionada com uma calendarização apertada e exigente, trabalha à lufa-lufa, eliminando actividades fundamentais, descurando algumas pormenorizações e análises, correndo por veredas e atalhos para chegar à meta em 10 de Junho.

Quis, então, a AD também transformar a ratificação e as respectivas emendas ao decreto-lei em instrumentos eleitorais do momento e a funcionarem a curto prazo.

Para tanto, usou desde logo a demagogia mais gratuita e louca de incluir na composição da Comissão Organizadora do Congresso representantes de quatro associações de portugueses no estrangeiro.

Agora sim — dizia-se —, a participação dos emigrantes nas realizações que lhe dizem respeito era um facto, a base adquiria, finalmente e pela mão da AD, a possibilidade de participar nos trabalhos de realização, a democracia ia efectivando-se com clareza e com pujança.

Esquecida, porém, que nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo existem muito mais de mil associações, umas tão dignas como as outras, a maioria ignorou importantes clivagens que, por diversos motivos e circunstâncias, existem no seio de muitas das comunidades portuguesas e entre umas e outras e de que a escolha de quatro associações entre mil para estarem representadas na Comissão Organizadora teria

sempre de obedecer a critérios, todos e cada um sempre deficientes e sempre potenciadores daquelas sensíveis e melindrosas situações.

Talvez por isso — ou não? — o Governo até hoje não regulamentou o respectivo decreto e, por incrível que pareça, na Comissão Organizadora afinal ainda não figuram os tais representantes das quatro associações de emigrantes, não se vendo que aqueles que, com ignorância e demagogia, ontem reviam naquela inclusão as suas mais genuínas e lídimas aspirações democráticas, denunciem tal falta ou contra ela protestem.

No fundo, o que a AD pretendeu, no momento da ratificação do decreto como na própria organização do Congresso, foi fazer deste um aproveitamento total a seu favor.

Se não, vejamos.

Desde logo na composição da Comissão Organizadora, que é composta por membros do Governo da República, membros dos Governos Regionais, deputados eleitos pelos círculos de emigração (aqui, enfim, pelo menos há um deputado que não é da maioria) ...

**O Sr. Nandin de Carvalho (PSD):** — Ainda, ainda!...

**O Orador:** — ... Um representante de Macau indicado pela Assembleia Legislativa, dois representantes das associações sindicais, secretário-geral do Congresso, pelos tais representantes das quatro associações portuguesas no estrangeiro e por outras entidades que o presidente da Comissão Organizadora poderá convidar e cuja participação seja considerada útil à realização do Congresso.

Pois bem, destes últimos, que nos lembremos, foram convidados o Sr. Nuno Rocha, director do semanário o *Tempo*, e o Dr. Luís Moreira, membro e ex-deputado do CDS e actual administrador do Banco Nacional Ultramarino.

Dispensamo-nos de comentários!!!

*Protestos do CDS.*

A Comissão Organizadora já reuniu duas vezes e a sua decisão mais importante disse outrrossim respeito à adopção do método que conduzisse à designação dos delegados ao Congresso.

O deputado socialista pelo círculo da Europa propôs a eleição de delegados por sufrágio directo e universal por área consular, constituindo um colégio eleitoral conducente à eleição dos delegados por país ou comunidade, com base nas inscrições dos portugueses nos consulados. As associações poderiam eventualmente propor as listas de candidatos.

Tal método, a nosso ver, para além de ser o único democrático e representativo, corresponderia à delicadeza da situação vivida nas comunidades, às evidentes rivalidades que podem ocorrer na corrida à presença no Congresso e à ultrapassagem do risco da partidarização na designação, escolha ou convite de delegados.

Com o pretexto de que tal método era impossível de realizar (falta de tempo, falta de informação, austerdades de despesas, etc.), foi o procedimento reprovado pela Comissão Organizadora e, em sua substituição, adoptado este que é de pasmar: os portugueses do estrangeiro candidatam-se a delegados ao Congresso apresentando o seu *curriculum*. Este é apre-

ciado por uma comissão (do Conselho das Comunidades, onde existir, ou por uma outra nomeada pelas associações, onde aquela não existir): Os melhores são seleccionados e estes elegem entre si 40 % dos delegados do País. Os outros 60 % saem dos indicados pelas associações. Estas nomeiam candidatos e, depois, estes elegem-se entre si.

Nem mais nem menos!!!

O Congresso das Comunidades vai ser o congresso dos núcleos partidários da AD no estrangeiro, o congresso das élites da AD no estrangeiro, o congresso dos serventuários da AD no estrangeiro, tudo em nome da democracia, do pluralismo e do ecumenismo cultural português.

Srs. Presidente, Srs. Deputados: Falamos, obviamente, com a autoridade e a legitimidade que nos advém de termos sido eleito deputado pelo círculo da emigração/Europa.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Ainda!...

O Orador: — E porque assim é, que fique bem claro que o deputado socialista e o seu partido se demarcam e se desresponsabilizam de todo este conjunto de manipulações políticas que pensávamos ultrapassados e esquecidos. Mais: a nossa presença na Comissão Organizadora do Congresso não significa cobertura ou complacência pelos métodos e objectivos descritos. Antes pelo contrário, se assenta única e exclusivamente na inerência de cargo, também significará oposição e denúncia.

O que nos preocupa é a mentalidade que está na base da actuação política dos que detêm a maioria e que julgávamos morta.

Como mera anotação que deixamos à reflexão desta Câmara e à opinião pública, acrescentaremos que o programa proposto para o Congresso, porventura na sua faceta cultural, se compõe de idas à tourada no Campo Pequeno, à final da Taça de Futebol, à revista do Parque Mayer e uma excursão a Óbidos, Batalha e Fátima.

Nada temos contra este tipo de manifestações ou de programas.

Mas confessamos a nossa perplexidade perante a circunstância de que, no momento em que a síntese do fenómeno cultural português poderia ser feita e institucionalizadas as formas da sua gestão futura, os elementos dominantes da Comissão Organizadora do Congresso não se preocupem e não se empenhem pelo menos na concretização de uma amostragem cultural lusófana que constitua réplica à simples presença em Lisboa dos autores e construtores daquele mesmo fenômeno.

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que abrevie pois já ultrapassou em muito os cinco minutos.

O Orador: — Repetiremos algumas palavras que já tivemos oportunidade de escrever:

As comunidades portuguesas não subsistirão, como tal, se não forem viradas para a realidade do território pátrio. E este não encontrará possibilidades de progresso económico, social e cultural se não apelar para aquelas... Caso contrário, não

só se torna problemático o desenvolvimento do nosso país. As comunidades serão perdidas para Portugal de modo irreparável.

Por isso apelamos a esta Assembleia, apelamos também ao Governo, enfim, apelamos ao presidente da Comissão Organizadora, Prof. Rosado Fernandes, para que ainda se evite que este Congresso seja uma farsa e se transforme numa realização digna do sistema democrático e capaz de dar a resposta adequada à institucionalização das ligações entre todos os portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta seria a maior e a mais significativa homenagem a Luís de Camões.

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Gama.

Entretanto, a Mesa chama a atenção de todos os Srs. Deputados de que a prorrogação do período de antes da ordem do dia permite o uso da palavra a cada partido por cinco minutos. Por isso, pedia que os pedidos de esclarecimento contassem para os cinco minutos.

Assim, e sem querer coartar o direito a ninguém, pedia que fizesse perguntas curtas ao Sr. Deputado João Lima, porque ele já foi extenso e realmente não terá muito tempo para responder.

Faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Gama (CDS): — Sr. Presidente, o tempo que vou gastar pode perfeitamente ser incluído nos cinco minutos de que dispõe o CDS.

Em primeiro lugar, quero protestar contra a linguagem descabida do Sr. Deputado João Lima, na linha, aliás, de uma linguagem em que ele é costumeiro. E talvez por isso os emigrantes nas últimas eleições tenham dito que essa linguagem não leva a parte nenhuma. Os resultados na Europa, por onde é deputado, foram suficientemente esclarecedores para mostrar ao Sr. Deputado João Lima que por aí não vai a parte nenhuma. O Partido Socialista de 1976 para cá, embora aumentando o número de reeleitos na Europa, perdeu cerca de metade dos seus eleitores.

E quando o Sr. Deputado vem para aqui dizer que a Aliança Democrática não tem estimado e considerado as associações de emigrantes, não fala verdade. E não fala verdade porque no ano corrente foram já mais 25 000 contos que se gastaram, em comparação com os anos anteriores, no auxílio e no apoio às associações de emigrantes. Associações que, também pelo facto de ser à sombra delas que nascem e se alimentam muitas das escolas primárias para os filhos dos emigrantes, tiveram, desta vez, um auxílio inequívoco da Secretaria de Estado da Emigração. O próprio auxílio ao ensino do português no estrangeiro foi há dois anos de 380 000 contos, o ano passado de 500 000 contos e este ano está prevista a verba de 700 000 contos.

Quando diz que o Congresso das Comunidades pretende ser o congresso da AD, o Sr. Deputado João Lima esquece-se daquilo que estava escrito, daquilo que havia de ser o congresso do Sr. Tenente-Coronel Vitor Alves. Aí, sim, havia nove Membros do Go-

verno na comissão organizadora, e agora só há três; aí, sim, 25% dos congressistas não eram eleitos democraticamente; aí, sim, os deputados da emigração não estavam todos na comissão organizadora; aí, sim, não havia emigrantes na comissão organizadora. E o Sr. Deputado João Lima, então, nunca se demarcou do relatório do Sr. Tenente-Coronel Vitor Alves. Um relatório onde se diz que em duas viagens — uma feita à Alemanha e outra à França — e numas pequenas páginas de relatório se gastaram 3 661 025\$60 — e o Sr. Deputado João Lima nada disse.

*Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.*

Quero ainda dizer-lhe que estranhei o seu silêncio quando o diploma que criou o Conselho das Comunidades hibernou durante cinco meses no Gabinete do Sr. Presidente da República. E, entretanto, o diploma que criava o Congresso — que o não foi — em dois meses e meio foi aprovado pelo Conselho de Ministros, foi promulgado, foi publicado e foi nomeado o Sr. Tenente-Coronel Vitor Alves. Nessa altura o Sr. Deputado esteve calado, quieto e silencioso.

Sr. Deputado João Lima, os emigrante já disseram inequivocavelmente aquilo que pensavam da Aliança Democrática. A memória dos homens não é curta e eu sei a grande preocupação do seu partido na noite das eleições, porque por uma unha negra o Sr. Deputado não estaria aqui sentado. Os emigrantes votaram e sabem perfeitamente naquilo em que votaram e, portanto, se o silêncio é de ouro, Sr. Deputado João Lima quando se fala em emigração o silêncio fica bem a esse partido.

*Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Natália Correia.

A Sr.ª Natália Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero limitar-me meramente à abordagem cultural do Congresso, que foi focada pelo Sr. Deputado João Lima.

E começo por perguntar-lhe se o Sr. Secretário de Estado da Cultura esteve presente na reunião da Comissão Organizadora ou se se fez delegar num voto de concordância com o programa foi escolhido para dar hospitalidade cultural, neste caso, aos congressistas.

É claro que não posso deixar de reconhecer que esse programa não será o mais indicado para fortalecer os laços culturais com as comunidades. Mas faço uma reserva às críticas do Sr. Deputado à tourada. Vamos por partes.

A tourada faz parte da nossa herança cultural, e recomendo-lhe a leitura do livro *Ensinaça de bem Cavalar toda a Sela*, de D. Duarte, ...

*Risos.*

... em que se destaca precisamente a arte do toureio como uma das regras da boa montaria.

*Risos.*

Tem, pois, justificação cultural proporcionar-se voluntariamente aos congressistas um espetáculo que radica em tão velhas e nobres tradições.

Quanto ao futebol, aceita-se que os congressistas tenham interesse em participar, em assistir a um jogo

em que se disputa uma taça, creio que nacional... — não percebo nada de futebol. Estou de acordo que se facilite a ida ao futebol àqueles que têm interesse nisso e que realmente essa alínea não seja programada.

Também quanto à revista, gostaria de dizer que ela tem pergaminhos vicentinos, como sabe. E não serei eu a excluí-la do campo cultural. Mas também admito que se poderia proporcionar um espetáculo mais genuinamente cultural, como uma ópera, um concerto ou uma peça de um autor português, ou até — e porque não? — um escolhido espetáculo de folclore.

Finalmente, a questão da ida a Fátima.

Num país em que existe liberdade religiosa não devem ser os organizadores do Congresso a inculcar um programa de caráter religioso. Os congressistas têm o direito a escolherem o tipo de culto que preferem. Assim, penso que a organização do Congresso terá de facilitar, se assim o desejarem, uma ida a Fátima aos congressistas católicos.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Penso que estamos também a tomar «a nuvem por Juno», porque será o Ministro da tutela que terá a última palavra a dizer sobre essa iniciativa. Daqui lhe recomendamos que tenha toda a atenção à substância cultural desse Congresso, e estou em dizer com o Sr. Deputado que Camões simboliza realmente o espírito que nele deve estar presente.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Lima. Faço apelo à sua capacidade de síntese.

O Sr. João Lima (PS): — Com certeza, Sr. Presidente. Agradeço-lhe a sua paciência por há pouco ter feito vista grossa aos minutos a passarem.

Mas, se me permitem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queria realçar que a intervenção do Sr. Deputado José Gama nesta Assembleia é a intervenção que ele costuma fazer sempre. Ele tem um disco que decorou, e é esse disco que reproduz aqui. Ele faz ouvidos moucos às afirmações que eu fiz, plenamente objectivas: disse que o programa cultural proposto era um, e disse o que era; disse que o Congresso era formado desta e daquela maneira, e é; e fiz considerações de ordem política geral. Mas o Sr. Deputado reproduziu o disco: disse que o Congresso tem delegados democraticamente eleitos, que o Partido Socialista perdeu votos, que assim e que assado. Isto é, o Sr. Deputado José Gama, que realmente em questões de democracia é um novato — permitam-me que o diga —, não teve a coragem que algumas pessoas tiveram antes da Revolução de Abril de promover manifestações culturais ou políticas em matéria de emigração, não necessitando da muleta da democracia para o fazer; assumiram a responsabilidade de as fazerem, exactamente como as desejaram fazer.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Isto tem que ser dito ao Sr. Deputado José Gama, e isto tem que ser dito na presença do nosso colega Dr. Adriano Moreira.

Também quero dizer, em relação à Sr.ª Deputada Natália Correia, que realmente me agrada que ela tenha compreendido as profundas intenções que tive na argumentação que aqui deduzi nesta tribuna.

Também não sou contra o futebol, nem contra a tourada — sei que a obra que referiu de D. Duarte, e até de outros romances, colocam a tourada como, digamos, um dos grandes temas mais ou menos românticos dos enredos das famílias e das pessoas —, nem sou contra as organizações turísticas.

O que sou é um defensor intransigente da importância que tem hoje no mundo cultural português a gestão das comunidades portuguesas. O que sou é um defensor de que aos Portugueses ou aos Lusos qualquer coisa que vivem fora do território pátrio deve ser patenteado o património cultural comum, as realizações do nosso país, do nosso povo e da nossa cultura. O que sou é contra o folclorismo político das comunidades. O que sou, efectivamente, é contra o aproveitamento político conjuntural de agregados humanos que constituíram culturas, e sou, ao fim e ao cabo, a favor de que se dê uma verdadeira projecção universal ao nosso país.

O que não sou é aquilo que pensa o Sr. Deputado Jocé Gama em matéria de política das comunidades.

O Sr. José Gama (CDS): — Peço a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. José Gama (CDS): — É para protestar, Sr. Presidente, pois entendo que me senti ofendido pelas palavras do Sr. Deputado João Lima.

O Sr. Presidente: — Se está ofendido faça favor.

Risos.

O Sr. José Gama (CDS): — O Sr. Deputado João Lima diz que venho aqui repetir um velho disco. Quero dizer-lhe que a melodia do meu disco tem pelo menos, ouvintes, e os emigrantes ouviram-no. O seu disco, que é o do tempo das grafonolas, é que já caiu em desuso e ninguém o ouve.

Risos do CDS, do PSD e do PPM.

E volto a lembrar-lhe, mais do que as minhas palavras, a linguagem evidente dos números, remetendo-o para os resultados das últimas eleições, Sr. Deputado.

O Sr. João Lima (PS): — E repete o disco!...

O Orador: — Fez também uma referência, a propósito das comunidades, ao Sr. Prof. Adriano Moreira. Eu, como deputado pela emigração, que senti aquilo que nos anteriores dois congressos se fez pelos emigrante, não posso deixar também de protestar por isso. É que no II Congresso das Comunidades, realizado em Moçambique, fez parte da Comissão Executiva, por exemplo, o Sr. Prof. Veiga Simão. Ora, todos nos lemos do namoro continuado que o Partido Socialista fez ao Prof. Veiga Simão para este integrar as suas listas para as últimas eleições. No I Congresso das Comunidades, realizado em 1964,

foi vogal desse Congresso, por exemplo, o actual Sr. Primeiro-Ministro. Com certeza que não vai pôr aqui em causa a sua democraticidade.

Quero dizer também, Sr. Deputado João Lima, que posso ser um novato nestas coisas da democracia, na sua maneira de pensar. No entanto, fui emigrante e conheço os problemas dos emigrantes, porque os vivi lá. O Sr. Deputado sabe o que é um emigrante? É aquele que sai de um país para outro com a intenção de aí se fixar e exercer determinada actividade. Pois eu completei todo este ciclo e, portanto, fui emigrante.

O senhor passou por lá a correr como Secretário de Estado da Emigração. E porque não conhece intrínseca e profundamente os problemas dos emigrantes, estes fizeram-lhe justiça, Sr. Deputado.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Brasileiro.

O Sr. Álvaro Brasileiro (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputados: A prolongada seca que se vem verificando e que, tudo indica, se continuará a fazer sentir, bem como as fortes geadas caídas em todo o país, mais que contribuam para um acentuado agravamento da crise em que se encontra a nossa agricultura conduzem-nos para uma situação verdadeiramente catastrófica.

Embora de limites ainda imprevisíveis quanto à totalidade das suas consequências, a situação é já extremamente grave. Parte considerável das culturas de Outono-Inverno, nomeadamente cereais, culturas forrageiras e pratense, não chegaram a germinar e as restantes encontram-se queimadas ou atrasadas e previsivelmente condenadas; nas regiões do Oeste Centro e Norte do País, a maior parte das produções de citrinos, azeitona e castanha estão perdidas. Comprometidas se encontram igualmente as primeiras sementes de batata, bem como diversos hortícolas; a escassez de pastagens e de alimentos forrageiros afecta seriamente a pecuária.

Na perspectiva de uma seca continuada, os agricultores tomam já medidas de racionamento das águas de uso agrícola, condicionando a sua utilização à satisfação das necessidades dos gados.

Os agricultores do Baixo Mondego começam a manifestar sérias apreensões quanto aos riscos de salinização das terras e ameaçados se encontram também milhares de seareiros dos perímetros e regadios, cuja actividade pode vir a ser acentuadamente condicionada pelas dotações de água. Aliás, a continuar esta seca, as culturas de Primavera — e não só as de sequeiro como também as de regadio — estarão seriamente ameaçadas, podendo as áreas de cultivo ser drasticamente reduzidas.

Tudo indica que teremos de enfrentar uma redução significativa dos nossos efectivos pecuários, bem como uma acentuada quebra das produções de cereais, de oleaginosas, de forragens, hortícolas em geral, horto-industriais e frutícolas.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os agricultores confrontam-se, não só com o drama da seca e das geadas, mas também com a política de comercialização e preços, bem se podendo afirmar que uma tragédia nunca vem só.

Com efeito, o agravamento desenfreado dos factores de produção, nomeadamente dos adubos, de pesticidas, de sementes e gasóleo, bem como o previsível aumento das rações e a especulação já existente em torno do preço das palhas, contribuíram para tornar ainda mais insustentável a situação.

Milhares de agricultores para quem a pecuária constitui a base da sua economia, impossibilitados de manterem economicamente os seus gados com recurso à palha e à ração, são obrigados a desfazerm-se dos seus animais. Simultaneamente, produtos agrícolas e gados têm preços cada vez menos compensadores e as situações para o seu escoamento são cada vez mais complexas e difíceis.

Veja-se, por exemplo, a anunciada intervenção da Junta Nacional dos Produtos Pecuários. No caso dos bovinos, a Junta propõe preços de intervenção para as carcaças de novilhos que são inferiores, de 15\$ a 30\$ por quilo, aos preços praticados no mercado há mais de um ano. Quanto ao borrego, os preços de intervenção por quilo de carcaça situam-se entre os 35\$ e os 40\$ menos que os preços praticados no mercado igualmente há mais de um ano.

Quanto à medida de emergência tomada pelo Governo, criando duas linhas de crédito bonificado, com uma taxa de juro de 12% e de amortização em quatro anos, ela acaba em si própria por pôr em relevo a ausência de uma política agrícola democrática que acautele os interesses e legítimos direitos dos agricultores.

É assim, e neste âmbito, que se terá de entender a inexistência, na prática, de um seguro agro-pecuário de aplicação efectiva e com uma área eficaz de cobertura de riscos.

Se este seguro existisse, os agricultores não estariam com a corda na garganta, nem dependeriam de actos de emergência «benemérita» do Governo. Se este seguro existisse, os agricultores teriam salvaguardada parte substancial das colheitas perdidas e não teriam de arcar com todo o prejuízo. Prejuízo pelos factores de produção perdidos, pelas produções perdidas e pelo juro do dinheiro emprestado — que não é baixo — para pagar dinheiro perdido num investimento perdido!

A adversidade climatérica e a política da «AD» convergem assim para o agravamento brutal das já débeis e gravemente atingidas estruturas económicas das pequenas e médias explorações agrícolas, ameaçando conduzir à ruína milhares de agricultores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A gravidade da situação exige que se tomem medidas urgentes. O Grupo Parlamentar do PCP considera indispensáveis e prioritárias, as seguintes medidas:

Que, independentemente dos créditos concedidos, o Governo indemnize os agricultores pelas culturas e colheitas perdidas;

Que seja criado e posto em execução um eficaz seguro agro-pecuário;

Que sejam revistos os actuais preços dos factores de produção (adubos, pesticidas, sementes e gasóleo), por forma a não agravar os preços praticados no último ano agrícola;

Que o preço das rações não seja agravado;

Que sejam tomadas medidas que garantam o escoamento das produções em tempo oportuno;

Que sejam garantidos preços mínimos compensadores para a produção, quer para os gados, quer para os produtos agrícolas, devendo, para o efeito, ser ouvidas as organizações dos agricultores.

Estas são as medidas que os agricultores reivindicam. Estas são as medidas que da nossa parte, PCP, apoiamos integralmente.

*Aplausos do PCP e da UEDS.*

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nandim de Carvalho.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não intervi depois do discurso hipócrita do Sr. Deputado João Lima porque este é o momento e local próprio para lhe responder.

É bem conhecido de todos quais são as forças políticas verdadeiramente representativas dos emigrantes. Está à vista que três quartos dos deputados especificamente eleitos pelos emigrantes pertencem à área da Aliança Democrática, e, destes, 50% pertencem ao Partido Social-Democrata.

Pelo contrário, sabe-se bem que, tendo a boca cheia dos interesses dos emigrantes, quando se trata da hora da verdade, lhes volta costas senão mesmo assume atitudes hostilizantes e interproletárias. Veja-se o exemplo dos *maires* franceses, de obediência comunista, que tomam atitudes racistas e antiemigrantes na área de Paris ...

*Protestos do PCP.*

... ou ainda os que reclamam pagamentos extras pela utilização de salas de aula para emigrantes portugueses, a pretexto sabe-se lá do quê! Os *maires* comunistas estão a dificultar a acção do Governo Português e — o que é mais grave — a realização dos próprios anseios dos emigrantes.

Veja-se, finalmente, a posição assumida pelos delegados da Intersindical, no Congresso da UGT, ao recusarem votar uma moção para defesa dos postos de trabalho dos trabalhadores portugueses no estrangeiro. A Intersindical recusou-se a tomar parte na votação!

Mas o racismo antiemigrante, seja do PCF, seja das suas correias de transmissão, como é o caso do PCP e das associações de originárias de Portugal ou ainda da Intersindical, tem um alvo preciso!

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Não seja provocador!

O Orador: — Boicotar o Congresso das Comunidades, abandonar mais uma vez os emigrantes, impedir a troca de ideias, de propostas e o estudo de soluções pelo Governo!

O PCP, a Intersindical e, o que é ainda mais grave, o Partido Socialista arremetem agora numa campanha devidamente orquestrada contra o Congresso das Comunidades.

Dir-se-ia mesmo que, desta vez, para além dos métodos de *agit de propos*, — vulgarmente traduzíveis para agitatórios e provocatórios —, se recorreu aos métodos mais sofísticos da «APSIC», tão do conhecimento de uma certa classe militar especializada na acção psicológica, seja do tempo de guerra colonial, seja dos tempos inesquecíveis do gongalvismo e da Aliança Povo/MFA.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Apoiado!**

**O Orador:** — Em documento escrito com data de 28 de Janeiro de 1981, e que se acha em meu poder, traça-se, aliás, uma estratégia clara e combinada pelo delegado da Intersindical à Comissão Organizadora do Congresso das Comunidades, Sr. Álvaro Rana, e o deputado ainda eleito pelo PS pela emigração europeia, João Lima.

E já aflorou na opinião pública o pico do *iceberg* dessa manobra política que daqui, desta bancada, se denuncia veementemente em nome de um mandato parlamentar democrático que se pretende plenamente assumido.

De facto, Sr. Deputado João Lima, a acção conjunta da Inter/PC e PS faz-se assumir em plena sin-  
tonia.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Provocador!**

**O Orador:** — No comunicado à imprensa, n.º 5, da Inter — do qual lhe posso ceder fotocópia, Sr. Deputado —, distribuído por telex, afirma-se que não se pode avaliar as decisões tomadas na segunda reunião da comissão organizadora sem, obviamente, enumerar quais, nem porquê... E lá vai lançando o *slogan* de que tomará as medidas que considere necessárias para a defesa dos interesses reais dos emigrantes, estes certamente pendentes de definição de acordo entre os vários PC's no próximo Congresso em Moscovo...

*Protestos do PCP.*

**O Sr. António Mota (PCP): — Provocador barato!**

**O Orador:** — Nesse mesmo dia, 29 de Janeiro em edição do *Portugal Hoje*, e reportando-se a uma crónica de Carlos Vianá, em Paris, ataca-se o discurso do presidente da comissão organizadora do Congresso, Prof. Rosado Fernandes, dizendo-se que o discurso é tido por vazio, imagine-se, ... e hoje o deputado João Lima veio aqui dizer que ele é demasiado «cheio».

A relação entre as duas peças desta acção conjunta PC/PS tem um perfeito guião que nos permite prever o que seguidamente e «espontaneamente» os respectivos aparelhos de propaganda vão debitar e amplificar.

De facto, de acordo com o documento em meu poder e de que cederei aos interessados photocópias elucidativas, são objectivos do PC e do PS: Primeiro, impedir que o Congresso se realize — e o Sr. Deputado João Lima pode ir conferindo; ou, segundo, ou fazer com que ele seja um fracasso em termos de representatividade; ou, terceiro, impedir a concretização dos objectivos da «reação» em relação às conclusões do Congresso.

Daí um plano de seis pontos de que se destaca: Impedir o calendário proposto; desvinculação da INTER e do deputado João Lima da comissão do Congresso; aproveitamento político pela INTER/PS do Congresso Regional da Europa; recusa de participação dos delegados europeus eleitos pelo PC e pelo PS no Congresso de Lisboa, ou bloquear, por acção conjunta, os trabalhos do Congresso ou ainda abandonar então o Congresso em Lisboa...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

**O Orador:** — Muito obrigado por me chamar a atenção, Sr. Presidente, mas pedia-lhe apenas metade da benevolência que teve para com o deputado João Lima.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!**

**O Orador:** — Mais interessante ainda é que no referido documento, no capítulo «Iniciativas em curso», se refere a declaração de denúncia pública da CGTP, já traduzida em telex de 29 de Janeiro de 1981, achando-se neste momento já acordado — diz-se no texto, — com o deputado João Lima que este de nuncie o congresso e se desvincule das propostas aprovadas, achando-se (em 28 de Janeiro de 1981) em discussão se esse acto seria ou não assumido em conjunto com Álvaro Rana da CGTP.

Finalmente, prevê-se ainda uma intervenção do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República e ainda eventual chamada do Ministro dos Negócios Estrangeiros à Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros e Emigração.

O primeiro passo está dado pela intervenção do Deputado João Lima aqui proferida!

**O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!**

**O Orador:** — No último ponto do documento que vou distribuir pergunta-se se a CGTP se deve afastar unilateralmente da comissão organizadora ou se o deve fazer apenas em conjunto com o Sr. Deputado João Lima.

**Uma voz do PS:** — Quer mais?

**O Orador:** — Aproveitando a presença do Sr. Deputado Mário Soares, eu perguntaria se a pergunta feita neste documento pode aqui ser retomada. Ou seja, estão os Srs. Drs. Álvaro Cunhal e Mário Soares interessados em boicotar conjuntamente o Congresso das Comunidades?

Penso que o povo português — quer o emigrado quer o residente no País — aguarda uma resposta e penso que o discurso aqui proferido pelo Sr. Deputado João Lima vem demonstrar a veracidade das minhas informações e, portanto, das minhas afirmações e, ponto por ponto, revelar publicamente que existe uma base de entendimento PS/PCP. Os documentos falam por si!

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. João Lima (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.**

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado João Lima está a pedir a palavra e a Mesa pode seguir dois caminhos: ou o Sr. Deputado João Lima fica inscrito para amanhã, dado que já se ultrapassaram largamente os cinco minutos atribuídos a cada bancada, ou dá-lhe a palavra ...

Se não houver oposição a Mesa concede-lhe a palavra.

*Pausa.*

Visto não haver oposição, tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, Sr. Deputado João Lima.

**O Sr. João Lima (PS):** — Sr. Presidente, é óbvio que pedi a palavra para exercer o direito de defesa pessoal e isso não pode ser adiado.

**O Sr. Presidente:** — Tenha a bondade.

**O Orador:** — Sr. Deputado Nandim de Carvalho, o míniro que fez aqui foi delirar. Mas isso seria de somenos importância se não insultasse pessoas, se não insultasse a Câmara e se não inventasse factos políticos falsos, numa estratégia condenável, antidemocrática, para obtenção dos seus próprios objectivos.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — O Sr. Deputado Nandim de Carvalho exerceu aquilo que eu chamo o primarismo político retrógrado, que é a invenção política, a calúnia, a imputação de factos caluniosos a democratas e a deputados que têm tanta legitimidade como ele para estarem aqui!

*Aplausos do PS.*

O Sr. Deputado Nandim de Carvalho, fazendo jus a muitos dos seus colegas de bancada, tornou-se um impostor político dentro deste Hemicílio ...

**Vozes do PS e do PCP:** — Muito bem!

*Protestos do PSD e do CDS.*

**O Orador:** — ... dado que inventou factos e realidades, que só existem dentro da sua cabeça, para confundir a opinião pública, deslustrar uma bancada democrática e insultar um deputado democrata como eu sou, e orgulho-me de sempre o ter sido, mesmo quando ele não era!

O Sr. Deputado Nandim de Carvalho inventou uma estratégia política que não existe ...

*Risos do Sr. Deputado Nandim de Carvalho.*

... e, em vez de rebater os factos objectivos a que me referi nessa Tribuna, vem com a velha história da aliança do PCP com o PS e do boicote à democracia portuguesa, num insulto às pessoas, aos cidadãos e aos trabalhadores.

Este discurso já não pega, este discurso não faz jus à inteligência de ninguém e hoje já não confunde ninguém.

Este discurso é um discurso do tempo de Salazar, é discurso fascista ...

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

*Protestos do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, peço o favor de terem calma.

Sr. Deputado João Lima, eu chamava a sua atenção para o teor político da palavra fascista e pedia-lhe o favor de usar outros termos que não ofendam ninguém porque, de contrário, entramos na defesa das respectivas honras; nunca mais acabámos e não vamos a lado nenhum.

**O Orador:** — Este é um discurso que será denunciado ponto por ponto, frase por frase, acto por acto e então veremos quem usa de sinceridade e objectividade política no exercício do seu mandato, ou quem torna o seu mandato um meio impróprio de aquisição de valores e de resultados partidários ou políticos, os mais insuspeitos!

Por isso, não prolongo mais a minha intervenção e deito no caixote do lixo, com toda a sobranceria, as palavras balofas do Deputado Nandim de Carvalho.

*Aplausos do PS e de alguns deputados do PCP.*

**O Sr. Nandim de Carvalho (PSD):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Nandim de Carvalho.

**O Sr. Nandim de Carvalho (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não ofende o deputado Nandim de Carvalho quem quer e, pertanto, não vou rebater ...

*Risos do PS.*

É verdade, é verdade!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, queira continuar, se faz favor.

**O Orador:** — Vou direito ao assunto, que é apenas este: dei photocópias da última página do documento da base de entendimento PS/PCP ao deputado João Lima e tenho mais cinco páginas para lhe entregar pessoalmente, se for preciso.

Os meios de comunicação social estão à disposição e se for necessário ir mais longe, Sr. Deputado João Lima iremos. Espero que venha aqui de novo com uma verborreia como a de há pouco porque apresentar documentos não pode. E o seu entendimento pessoal — porventura à revelia do seu partido e do camarada secretário-geral — é talvez patente neste momento. E o que é facto é que a sua intervenção aqui neste Plenário demonstrou que há um entendimento entre a Intersindical, o PCP e o Sr. Deputado João Lima, no sentido de boicotar este Congresso.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. João Lima (PS):** — Peço a palavra, Sr. Deputado, para fazer uma pergunta.

**O Sr. Presidente:** — A quem, Sr. Deputado?

**O Sr. João Lima (PS):** — Ao Sr. Deputado Nandim de Carvalho.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Não pode!

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, mas peço-lhe que seja breve.

**O Sr. João Lima (PS):** — O Sr. Deputado Nandim de Carvalho disse que tinha em seu poder um documento que, nas suas palavras, representa um entendimento político entre mim próprio e a CGTP-Intersindical. Assim, pergunto-lhe qual a origem desse documento, onde está a minha assinatura e como o obteve.

**O Sr. Nandim de Carvalho (PSD):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, creio que têm que continuar este debate no próximo dia parlamentar porque não podemos violar desta maneira o Regimento.

Para que efecto pede a palavra, Sr. Deputado Nandim de Carvalho?

**O Sr. Nandim de Carvalho (PSD):** — Sr. Presidente, eu gostava de dar um esclarecimento à Câmara, um esclarecimento muito curto, de uma frase apenas e que demora só um segundo.

**O Sr. Presidente:** — Se é só um segundo...

**O Sr. Nandim de Carvalho (PSD):** — É só um segundo. Sou respeitador das orientações do Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado.

**O Orador:** — Aos deputados assiste um direito, que assiste também aos jornalistas, que é o de não revelarem a sua fonte de informação.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Boa desculpa.

**O Sr. Presidente:** — Está encerrado este incidente, e, como tal, passamos ao período da ordem do dia

## ORDEM DO DIA

Chamo a atenção dos Srs. Deputados para o seguinte: o 2.º Juízo Correcional de Lisboa solicita a comparecência, num julgamento, dos Srs. Deputados Raul Rego e Mário Cal Brandão, amanhã, às 9 horas e 30 minutos. Não houve tempo para reunir a Comissão de Regimento e Mandatos, e se não houver oposição da Câmara os Srs. Deputados Raul Rego e Cal Brandão estão autorizados a comparecer amanhã no tribunal.

*Pausa.*

Como não há oposição, consideram-se autorizados. Para proceder à leitura de um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos, tem a palavra o Sr. Deputado António Moniz.

**O Sr. António Moniz (PPM):** — É do seguinte teor:

### Comissão de Regimento e Mandatos

#### Relatório e parecer

Em reunião realizada no dia 3 de Fevereiro de 1981, pelas 14 horas e 30 minutos, foi apre-

ciada a seguinte substituição de deputados, solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão (círculo eleitoral do Porto) por Maria Cândida von Hafe de Almeida Cunha Perez. Esta substituição é pedida para o período de 3 a 5 de Fevereiro corrente, inclusive.

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concernente círculo eleitoral.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por maioria, com a abstenção do deputado da União Democrática Popular.

A Comissão: *Mário Júlio Montalvão Machado* (PSD), presidente — *Alexandre Correia de Carvalho Reigoto* (CDS), secretário — *José Manuel Maia Nunes de Almeida* (PCP), secretário — *António Duarte e Duarte Chagas* (PSD) — *Cristóvão Guerreiro Norte* (PSD) — *Fernando José da Costa* (PSD) — *Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva* (PSD) — *João Alfreðo Félix Vieira Lima* (PS) — *Bento Elísio de Azevedo* (PS) — *António Jacinto Martins Canaverde* (CDS) — *Maria José Paulo Sampaio* (CDS) — *Narana Sinai Coissôr* (CDS) — *Jorge Manuel Abreu de Lemos* (PCP) — *António Cardoso Moniz* (PPM) — *Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho* (ASDI) — *Mário António Baptista Tomé* (UDP).

**O Sr. Presidente:** — Não havendo oposição, considera-se aprovado o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos que acabou de ser lido.

*Pausa.*

Está aprovado.

Para fazer a apresentação do projecto de lei n.º 93/II, da UEDS, sobre a instalação ou estacionamento de armas nucleares em território nacional, tem a palavra o Sr. Deputado César Oliveira.

**O Sr. César Oliveira (UEDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apresentamos hoje aqui, no Plenário da Assembleia da República, o projecto de lei n.º 93/II sobre a instalação ou estacionamento de armas nucleares em território nacional. Como já foi dito por um dos membros desta Câmara, a iniciativa da UEDS veio permitir o lançamento de um debate sobre matérias complexas de que a opinião pública tem sido alheada. Debate que, pela nossa parte, que-

remos alargado, exaustivo e salutar, na exacta medida em que ele poderá permitir o tratamento frontal de problemas que certamente todos nós consideramos relevantes.

A participação dos deputados e da generalidade dos cidadãos numa discussão de tão grande importância não pode circunscrever-se a este hemiciclo. Terá de ser, por isso, um debate público, que se situa na linha de preocupações centrais de movimentos, partidos e organizações internacionais de quase todos os países da Europa, preocupações que ganham também acuidade quando a própria igreja católica as encara aberta e frontalmente.

Entre as dezenas de exemplos que poderíamos escolher para ilustrar o que acabamos de afirmar, citarei apenas quatro para mostrar que as preocupações evidenciadas pela UEDS não são apenas apanágio de movimentos marginais aos grandes partidos ou instituições ou de organismos internacionais que, directa ou indirectamente veiculam estratégias do Leste europeu.

No dia 6 de Janeiro do ano passado, o *L'Osservatore Romano*, já depois dos acontecimentos ocorridos no Afeganistão, transcrevia uma alocução do Papa João Paulo II, na qual se fazia um balanço prospectivo do uso de armas nucleares em eventuais conflitos armados. Assinalava João Paulo II a morte previsível de um número de pessoas calculada entre os 50 e os 200 milhões, drásticas reduções nos recursos alimentares, mutações genéticas perigosas e alterações imprevisíveis na atmosfera.

Recentemente em Madrid, no Congresso da Internacional Socialista aí realizado, em Novembro de 1980, Kalevi Sorsa salientou a necessidade imperiosa de se prosseguir uma política de desanuviamento e redução mútua e controlada dos armamentos, concluindo a sua intervenção desta forma bem significativa: «A tarefa mais importante é, agora, criar a vontade política. Necessitamos de coragem e capacidade para ver para além do horizonte imediato. Deveremos ter consciência que assumimos riscos pela paz e pelo desarmamento, assim como os assumimos pela guerra e pela corrida aos armamentos. Há coisas que cada país e cada indivíduo pode fazer. Nós, como movimento dedicado à paz, devemos ser ousados no planeamento e na acção. E, antes de mais, temos de começar já.»

Por outro lado, são conhecidos os esforços da Bertrand Russell Foundation na luta contra os engenhos nucleares e pelo desarmamento simultâneo e controlado, cujo apelo mais relevante recolheu a assinatura de destacadas personalidades de vários países e, em Portugal, de vários parlamentares presentes nesta Câmara.

Referirei, por último, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que no programa de candidatura de François Mitterrand se inclui o propósito de fazer votar no «Parlamento uma lei nuclear garantindo o controle dos cidadãos e dos eleitores sobre as decisões em matéria nuclear».

Esta iniciativa legislativa da UEDS e o debate público e generalizado que pretendemos não são, por tudo isto, impulso irreflectido ou sintoma de irresponsabilidade.

A luta pela paz e pelo desanuviamento internacional, a busca de soluções que possam concretizar passos significativos no sentido do desarmamento simul-

tâneo, equitativo e controlado, está, assim, na ordem do dia. Temos consciência das dificuldades desta luta, dos obstáculos que urge vencer para progredir significativamente nestes domínios e da necessidade de critérios de independência e justiça que terão de animar os esforços refreadores da corrida armamentista.

A UEDS não faz distinções entre os mísseis armados de ogivas nucleares do Pacto de Varsóvia ou os *Persching* e «euromísseis» nucleares do Tratado do Atlântico Norte. Pensamos ser de igual modo condenável o reforço do potencial em armas convencionais do Leste como do Ocidente europeu. Tanto repudiamos a aceleração do posicionamento de mísseis nucleares móveis da URSS sobre as fronteiras dos países membros da NATO como recusamos o reforço do armamento nuclear do Tratado do Atlântico Norte e, muito particularmente, a sua instalação ou estacionamento com carácter permanente em território nacional.

A UEDS distingue com clareza os movimentos internacionais de opinião que têm sobre estas matérias posições justas e equilibradas, dos movimentos que veiculam interesses das potências de que, em última instância, dependem.

Não há armas nucleares catastróficas e armas nucleares benignas; não há corrida armamentista justa e corrida armamentista condenável. Urge reformular os termos do debate que, entre nós, quase sempre se tem apresentado distorcido.

Não há alternativa ao desanuviamento e ao esforço pela redução progressiva, equilibrada, simultânea e controlada dos armamentos e particularmente das armas nucleares. E é por esta razão, que consideramos essencial, que urge lançar este debate, aprofundar e difundir os conhecimentos sobre os riscos trágicos inerentes à corrida ao armamento, projectar na comunidade as diferentes posições das distintas forças políticas sobre estas matérias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UEDS tem perfeita consciência da extrema importância do debate que com esta iniciativa veio suscitar numa conjuntura internacional fortemente marcada pelo eclodir de conflitos graves cujo carácter, embora localizado, pede a qualquer momento generalizar-se.

A UEDS tem clara consciência de que as sistemáticas ingerências das superpotências na capacidade soberana dos povos e países situados na sua esfera de influência ou onde os seus interesses vitais são postos em causa constituem factores negativos no processo de desanuviamento e obstáculos poderosos ao esforço pela limitação progressiva dos armamentos e sobretudo das armas nucleares.

Mas a UEDS entende que, como assinalava Kalevi Sorsa no referido Congresso da Internacional Socialista, é necessário correr o risco da paz e do desanuviamento e começar desde já nesse caminho, único que resta à sobrevivência da Humanidade.

É certo que tomarmos esta iniciativa antes de iniciado o processo de revisão da Constituição que terá de introduzir alterações no texto constitucional que permitam balizar com clareza uma futura e cada vez mais necessária Lei de Defesa Nacional. Todavia, nem o novo texto constitucional nem as bases de uma Lei de Defesa Nacional serão a sede própria para acolher matéria tão específica como a constante deste projeto de lei. Trata-se, neste caso, de uma decisão política que coloca uma questão essencial: a quem com-

pete, em matéria de instalação ou estacionamento permanente de armas nucleares em território nacional, a última decisão? Aos deputados eleitos ou a especialistas militares em sede desprovida de todo e qualquer controle parlamentar? Esperemos que o debate que ora se inicia propicie resposta cabal a esta interrogação, mas julgo ser evidente a opção a tomar.

Tem-se falado muito nesta Câmara em democracia plena e libertação da sociedade civil. Pois bem, a iniciativa legislativa da UEDS concretizada no projecto de lei n.º 93/II é a clara assunção pelos deputados eleitos do princípio da subordinação do poder militar ao poder político. Nos termos da discussão pública que queremos ver lançada e no termo dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Defesa, a opção dos deputados concretizará aquele princípio, seja qual for o sentido do seu voto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Seja nos trabalhos da Assembleia do Atlântico Norte, nos comunicados emitidos pelo Comité dos Planos de Defesa da NATO, seja na análise do comunicado do Grupo dos Planos Nucleares da NATO, difundido após a sua reunião de Junho de 1980, constatamos certamente a preocupação de reformular o sistema de armamento nuclear da NATO perante o posicionamento dos mísseis soviéticos SS 20, e da existência do bombardeiro *Backfire*. Esta preocupação, evidenciada, nomeadamente, a partir de Dezembro de 1979, determinou a razão de ser das controvérsias sobre a instalação dos chamados «euromísseis» na Europa Ocidental como forma de assegurar a flexibilidade de resposta nuclear do sistema NATO.

Todavia, no entendimento da UEDS, os compromissos assumidos por Portugal na NATO, que, sublinhamos, não são postos em causa pelo projecto de lei n.º 93/II, não implicam por outro lado, o envolvimento do nosso país nesse esforço de remodelação dos armamentos nucleares. Da pertença de Portugal à NATO não decorre a instalação ou estacionamento de armamento nuclear em Portugal. Não nos parece, também, que se possa identificar a modernização ou o reequipamento das forças armadas portuguesas, ainda que no quadro da Aliança Atlântica, à eventual instalação ou estacionamento de armas nucleares no território nacional. São coisas abissalmente diferentes que importa sobremaneira distinguir.

A necessidade de modernizar, reequipar e reestruturar as forças armadas decorre não apenas dos compromissos de Portugal na NATO, como também de necessidades inerentes à defesa nacional, à segurança externa do Estado e ao patrulhamento das águas territoriais e da zona económica exclusiva. Contudo tal necessidade não conduz, fatal e directamente, ao armamento nuclear. A instalação ou o estacionamento de armamento nuclear em Portugal releva da vontade política, claramente expressa, de fazer participar o nosso país de um sistema de defesa nuclear integrado e baseado nas forças nucleares de teatro. Esta vontade política a concretizar-se implica riscos que, no nosso entender, Portugal não tem necessidade de assumir.

Como aqui recentemente reconheceu o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, «Portugal tem adversários mas não tem inimigos», o que para nós significa que o nosso país não está, directa ou indirectamente, envolvido em qualquer conflito armado ou em algum contencioso internacional. Fazer participar Portugal

do sistema de armamento nuclear da NATO é tornar extremamente vulnerável o nosso país, dado não podermos, por razões óbvias, comprometer os nossos escassos recursos financeiros e económicos na construção de complexos sistemas de alerta e detecção, sempre associados ao armamento nuclear.

E se este nosso projecto de lei não põe em causa os compromissos de Portugal na NATO, pese o facto de considerarmos tais compromissos de modo diferente das outras forças presentes nesta Câmara, a verdade é que não julgamos que a nossa posição geo-estratégica possa justificar atitudes dúbias em matéria desta importância.

A nossa posição face à eventual instalação ou estacionamento de armas nucleares em Portugal funda-se, em primeiro lugar, no esforço de subtrair o nosso país aos riscos não exigidos pela nossa segurança próxima ou solicitados pela defesa de interesses vitais. A nossa posição funda-se também, em segundo lugar, na concepção de que um pequeno país como Portugal, com recursos limitados e económica e financeiramente dependente, deve prosseguir uma política externa dimensionada na perspectiva do desanuviamento sem se constituir como parte integrante e ponta de lança da corrida aos armamentos. Política externa que também não envolve quebra de compromissos que releva, essa sim, do aproveitamento hábil e sistemático da nossa posição geo-estratégica sem cairmos em arrogâncias irresponsáveis ou comprometedoras subserviências. Funda-se, por último, a nossa posição no cabal cumprimento do artigo 7.º da Constituição da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aceitamos não ser favorável a conjuntura internacional, fortemente dominada por inúmeros focos de tensão, para uma discussão sem controvérsias deste projecto de lei. Assumimos a polémica e consideramo-la salutar.

Todavia, cabe perguntar — e esta é a questão fundamental suscitada por esta iniciativa — se os portugueses sentem a necessidade de compartilhar todos os riscos inerentes à presença em Portugal de armas nucleares, quando países com menores dificuldades e com possibilidades largamente superiores às nossas, no que respeita à implantação de sistemas de defesa, como é o caso da Holanda, recusam expressamente a instalação de «euromísseis» no seu território. Cabe perguntar se os Portugueses querem compartilhar das atitudes e das posições claramente situadas na corrida aos armamentos, incluindo a remodelação do sistema nuclear NATO, ou se preferem ver Portugal trilhar um caminho que, honrando os seus compromissos, preserve Portugal dos riscos nucleares e contribua activamente para o desanuviamento e para o prosseguir de negociações com os países do Pacto de Varsóvia com vista à limitação e redução progressiva e equitativa dos armamentos, nomeadamente os nucleares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As razões que levaram o meu grupo parlamentar a tomar esta iniciativa, foram, ao que julgo, enunciadas ao longo desta intervenção e estão resumidas no preâmbulo do projecto de lei que estou apresentando.

Julgariam alguns que o facto de suscitarmos este debate permitirá o afloramento de clivagens que irão minar ou destruir a aliança que mantemos, e queremos consolidar e aprofundar, com os nossos parceiros

da FRS. Queremos deixar bem claro que esta iniciativa se situa fora dos acordos que presidem à FRS e ao processo do seu aprofundamento e consolidação. Queremos deixar bem claro que a riqueza e a potencialidade criadora da FRS assentam, exactamente, na diversidade e na autonomia das componentes que a integram, diversidade e autonomia de que a AD não é exemplo.

De resto, os partidos que integram a FRS sempre se bateram pelo pluralismo autêntico e contra toda a espécie de unanimismos. Podem, pois, estar certos os que se sorriem vendo nesta nossa iniciativa um pretexto para enfraquecer a coesão e as potencialidades da FRS que a UEDS tudo fará por preservar essa coesão e para a consolidação de uma realidade que, como a FRS, cada dia mais se enraíza em todo o território nacional. De resto, preocupações semelhantes às da UEDS foram recentemente aprovadas no Congresso da Juventude Socialista, o que só confirma o que acabamos de salientar.

A UEDS tomou esta iniciativa em função das convicções que tenho vindo a expor.

Esperamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que os resultados do debate que se iniciará já amanhã na Comissão Parlamentar de Defesa — e que, repito, pensamos dever extravasar as paredes desta Casa — sejam esclarecedores e exaustivos de modo que, quando chegar o momento de decidir, todos possamos assumir, com plena consciência, as responsabilidades que na decisão vamos tomar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apresentar este projeto de lei nesta Assembleia da República é, também, um gesto de profundo significado no que respeita à construção, com dignidade e clareza, de formas que irão exprimir a subordinação do poder militar ao poder político e à sociedade civil, representada pelo órgão de soberania por excelência que é a Assembleia da República. Porque pensamos que essa mesma subordinação se não confina à extinção do Conselho da Revolução, porque pensamos que a extinção do Conselho da Revolução não poderá dar lugar à implantação de lobbies civis ou militares que criem formas de degenerescência da subordinação do foro militar ao poder político, porque pensamos ser importante começar uma reflexão que conduza à assunção de soluções despartidarizadas no domínio das relações forças armadas-instituições democráticas, consideramos este debate que agora se inicia fonte de experiências certamente ricas e de profundos significados políticos.

A UEDS quer, por último, reafirmar, a sua total disponibilidade para um debate que desejamos frontal, sereno e aberto.

*Aplausos da UEDS, do PS, do PCP e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Fazem parte da Frente Republicana e Socialista vários partidos, nomeadamente o Partido Socialista, a União de Esquerda para a Democracia Socialista e a Acção Social-Democrata Independente, e, na esperança que foi nas últimas eleições a Frente

Republicana e Socialista, fizeram ainda parte vários independentes que também, num ou noutro caso, integraram as listas dos diferentes partidos. Este é o ponto que eu desejaría sublinhar.

Normalmente, não teria de fazer qualquer espécie de perguntas ao Sr. Deputado César Oliveira, porque a apresentação de um texto como este teria sido seguido de consultas com os seus colegas da Frente Republicana e Socialista, nomeadamente com a ASDI e, sobretudo, com o PS. Contudo, isso não aconteceu. A actuação da UEDS, de acordo com a sua liberdade e dentro dos seus direitos regimentais absolutos e exclusivos, aos quais não pomoos qualquer espécie de óbice, levou a que fosse necessário fazer algumas perguntas.

O meu camarada Jaime Gama, num artigo que publicou no *Diário Popular*, não deixou de sublinhar os aspectos positivos do projecto de lei em questão, que se resumem num só: é que a UEDS, com a apresentação deste projecto de lei, permitiu que se debata no Parlamento o grave problema da instalação de armas nucleares em Portugal.

Imporia perguntar, portanto, se não teria sido possível utilizar, concorrentemente com este projecto de lei, outros métodos para debater este problema, objectivo que parece ser o da UEDS, atento à declaração do Sr. Deputado César Oliveira. Nomeadamente...

Sr. Presidente, assim não posso continuar a minha intervenção.

O Sr. Presidente: — V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, Sr. Deputado.

O Orador: — Eu desejava dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que me recuso a falar enquanto os Srs. Deputados não param de fazer barulho.

O Sr. Presidente: — Agora, já estão todos calados, Sr. Deputado.

O Orador: — Eu não estou a referir-me a V. Ex.<sup>a</sup>, porque o Sr. Presidente está sempre calado. Estou a referir-me aos Srs. Deputados.

O Sr. Presidente: — Não é isso, Sr. Deputado. Eu estava a dizer que agora os Srs. Deputados estavam já todos calados.

*Risos.*

Tenho, portanto, a bondade de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — Ora, dizia eu que esta questão tem o mérito de levantar a discussão deste problema, havendo, no entanto, a possibilidade de recorrer a outras figuras regimentais como, por exemplo, uma intervenção no período de antes da ordem do dia, a apresentação de um voto, um debate, um protesto ou mesmo um aviso prévio. Portanto, há possibilidade de suscitar o problema nas diversas figuras de que se reveste o Regimento da Assembleia da República.

Acontece que a utilização da figura de um projecto de lei esbarra claramente com o artigo 148.<sup>º</sup> da Constituição Portuguesa, ainda vigente. Todos os partidos decidiram e aceitaram, uns, por frustrações próprias que o Conselho da Revolução tinha de ser destruído,

outros, como é o nosso caso, que o Conselho da Revolução, pela sua acção, criou as condições ideais para a sua própria extinção.

Mas todos aceitaram, de uma forma ou de outra, que o Conselho da Revolução desapareceria numa próxima revisão constitucional. É um facto, mas o Conselho da Revolução existe neste momento, porque ainda não se fez a revisão constitucional. Ora, o artigo 148.º da Constituição da República Portuguesa diz o seguinte:

Na qualidade de órgão político e legislativo em matéria militar, compete ao Conselho da Revolução:

- a) Fazer leis e regulamentos sobre a organização, o funcionamento e a disciplina das forças armadas;
- b) Aprovar os tratados ou acordos internacionais que respeitem a assuntos militares.

A possível instalação em Portugal de armas nucleares, se um dia isso viesse a acontecer, deveria evidentemente ser feita na base de um acordo ou tratado internacional, cuja competência exclusiva neste momento competiria ao Conselho da Revolução.

Neste sentido, o projecto de lei que acaba de ser apresentado viola a competência atribuída ao Conselho da Revolução pelo artigo 148.º da Constituição da República Portuguesa e é assim manifestamente inconstitucional.

Não competirá, portanto, a esta Assembleia debater uma questão que é apresentada sob forma inconstitucional. Acontece, porém, que nenhum dos partidos aqui representados usou da faculdade que o Regimento lhes atribui para, com este fundamento, impugnar a admissibilidade deste projecto de lei. E é nesta base que vamos votar, discutir e apresentar este projecto de lei.

Teria muitas coisas a dizer acerca desta matéria, e di-las-ei inexoravelmente aqui e sempre. No entanto, é minha profunda opinião que as questões e os debates de fundo não devem ser tratados neste momento antes da resolução desta questão fundamental e de forma. E a questão que se deve pôr ao Sr. Deputado que acabou de apresentar este projecto de lei é esta: em que medida é que tudo isto não ofende o artigo 148.º da Constituição da República Portuguesa?

Gostaria de acrescentar, não tanto para os Srs. Deputados que sabem isto ou que têm o dever de saber melhor do que ninguém, mas para toda a opinião pública portuguesa, que, para além de nós, em Portugal e sobretudo fora de Portugal, têm sido deduzidas...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado José Luís Nunes, desculpe interrompê-lo mas, como sabe, foi feita a apresentação de um projecto de lei. Segundo o Regimento, o tempo de que os Srs. Deputados dispõem para pedir esclarecimentos é de trinta minutos para todos os partidos presentes nesta Assembleia, pelo que agradecia que o Sr. Deputado abreviasse as suas considerações.

**O Orador:** — O Sr. Presidente pede-me que eu termine com a minha intervenção?

**O Sr. Presidente:** — É que, como sabe, há um período de trinta minutos subsequente à apresentação dos diplomas para pedir esclarecimentos.

**O Orador:** — Então eu abreviarei, Sr. Presidente.

Como todos sabem, têm sido deduzidas várias campanhas, nomeadamente contra a bomba de neutrões, campanha essa que deixou de existir quando a União Soviética obteve a bomba de neutrões.

**Uma voz do CDS:** — Boa!

**A Sr.ª Alda Nogueira (PCP):** — Ó Sr. Deputado!...

**A Sr.ª Zita Seabra (PCP):** — Falso!

**O Orador:** — Uma outra campanha contra os mísseis nucleares táticos ou contra a existência de armas de teatro de guerra situadas na Europa tem como objectivo evitar que os povos da Europa se transformem num campo de batalha de mísseis anticontinentais enviados de um lado ao outro do Atlântico pelas superpotências.

Por outro lado, verificaram-se também variadíssimas campanhas em defesa da paz e do desarmamento, campanhas essas que são essencialmente de índole unilateral e que não têm em consideração que a União Soviética tem neste momento à volta da Europa um conjunto de divisões, de armas e de enquadramentos básicos que transcendem em muito a necessidade das suas defesas naturais.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não importa, contudo, este debate a Portugal. Direi mesmo que é um debate que interessa muito pouco porque nunca, em Portugal, se pensou situar armas nucleares táticas. Os mísseis *Perhing II* não tinham possibilidade de actuar se fossem colocados no nosso país. Importa, no entanto — e é isso que se pretende —, conseguir que, através da apresentação deste diploma, se crie um largo e novo debate que exceda as nossas fronteiras e que deverá ser devidamente caracterizado.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Há vários Srs. Deputados inscritos para pedir esclarecimentos, mas lembra a todos, se não levam a mal, que o período de que agora dispõem é para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado que apresentou o presente projecto de lei, e não para produzir intervenções que neste momento são descabidas.

O Sr. Deputado César Oliveira pretende responder imediatamente ao Sr. Deputado José Luís Nunes ou apenas no fim de todos os pedidos de esclarecimento?

**O Sr. César Oliveira (UEDS):** — Prefiro responder no final, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então tem a palavra o Sr. Deputado João Morgado para pedir esclarecimentos.

**O Sr. João Morgado (CDS):** — Sr. Presidente, queria apenas pôr duas ou três questões ao Sr. Deputado da UEDS.

Disse o Sr. Deputado César Oliveira que a aprovação deste projecto de lei constituiria uma medida que contribuiria para um desarmamento geral, equitativo e simultâneo. Gostaria que o Sr. Deputado explicasse à Câmara como é que a partir da aprovação deste projecto de lei obteria um desarmamento geral, equitativo e simultâneo. Geral, abrangendo quem, equitativo em relação a quê, e simultâneo em relação a que países?

Disse também o Sr. Deputado que este projecto de lei estava de acordo com o artigo 7.º da Constituição. Ora, o artigo 7.º refere expressamente «desarmamento geral» e diz realmente que devemos procurar obtê-lo. E eu gostava de saber em que medida e que, com este projecto de lei, se contribuirá para o desarmamento geral a que se refere o artigo 7.º da Constituição.

Disse ainda que a aprovação deste projecto de lei em nada contrariaria a nossa presença e adesão à NATO. Ora, eu gostava de saber se o Sr. Deputado teve em conta o que reza o protocolo de adesão à NATO e se efectivamente nesse protocolo Portugal fez algumas reservas que lhe permitem agora, sem mais, proibir a instalação ou o estacionamento de armas nucleares em Portugal.

Gostava de lhe lembrar que alguns países formularam efectivamente essas reservas, como, por exemplo, a Noruega e a Dinamarca. Portugal, pelo contrário, comprometeu-se no Anexo A, particularmente em caso de guerra, a facultar essa instalação e estacionamento.

Por outro lado, foi há dias aqui aprovado nesta Assembleia o programa de governo, pelo que gostava de saber como é que o Sr. Deputado César Oliveira compatibilizaria a aprovação deste projecto de lei com esse programa de governo, aprovado pela maioria dos deputados desta Câmara e que claramente aponta para o reforço da Aliança Atlântica e para a participação completa e activa de Portugal na NATO.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tome.

**O Sr. Mário Tomé (UDP).** — Sr. Deputado César Oliveira, quero, em primeiro lugar, saudar a iniciativa da UEDS em relação à apresentação do projecto de lei n.º 93/II, sobre a proibição da instalação e estacionamento de armas nucleares em Portugal. Para já, se mais méritos não tivera, este projecto de lei tem o mérito de nos permitir começar a ver com mais clareza em que águas se movem determinadas forças políticas e de que forma elas efectivamente querem ou não defender os interesses do nosso povo.

Porque, quando se põe em causa a submissão aos interesses imperialistas, como a UDP sempre aqui afirmou, os interesses do nosso povo são relegados, não para segundo, mas para último plano. Era, portanto, dentro dessa perspectiva que pretendia pôr-lhe algumas questões, e não nos termos em que os Srs. Deputados José Luís Nunes e João Morgado o fizeram.

Já agora, compete-me dizer que penso ser uma interpretação deveras peculiar da nossa soberania a do Sr. Deputado José Luís Nunes ao dizer que, quando quisermos proibir a presença de armas nucleares no nosso país, teremos de fazer primeiro um tratado ou um acordo que seria realizado pelo Conselho da Revo-

lução. Isto é, se quiserem invadir o nosso país com tropas, nós vamos primeiro fazer um tratado com o país agressor para que as tropas cá não entrem, quando o que temos de fazer é impedir que elas entrem, já que temos o direito soberano de impedir qualquer acto no nosso território contra o nosso povo e que ponha em causa a nossa soberania ou mesmo a nossa existência.

O mesmo acontece quanto às afirmações do Sr. Deputado João Morgado quando diz que não se puseram reservas aquando da realização do protocolo da NATO. Então o nosso povo não é soberano para impedir que entrem armas nucleares no nosso país, se se chegar à conclusão de que isso põe em risco a sua sobrevivência?

**Sr. Presidente e Srs. Deputados,** isto é a total e vergonhosa submissão aos interesses estrangeiros no nosso país.

#### Risos do PSD e do CDS.

Sr. Deputado César Oliveira, a minha pergunta é a seguinte: como é que considera possível — aliás vê-se no preâmbulo do projecto de lei da UEDS — impedir a instalação e o estacionamento de armas nucleares em Portugal dentro do âmbito da NATO? Não por esta razão, mas porque nós sabemos até que ponto a NATO impõe tudo aquilo que quer no nosso país e que não há aqui ninguém com força — com exceção da UDP, embora ainda não tenha a força, mas há-de tê-la...

#### Risos do PSD e DO CDS.

Podem rir-se, Srs. Deputados, mas haveremos de ver.

Como dizia, não há aqui ninguém com força para se opor ao que a NATO quiser fazer no nosso país.

Portanto, teremos de agir de outra forma se não queremos colaborar, como fazem todos estes Srs. Deputados, na nova mística do imperialismo, que é o desarmamento, a paz e o desarmamento, para permitirem ligar directamente a sociedade civil a sociedade militar e manter permanentemente a sociedade em estado de sítio em face da ameaça estratégica. É isso que eles pretendem. E, para esvaziar essa mística imperialista, temos de ir direitos ao alvo. Assim, se queremos proibir armas nucleares no nosso país, temos de começar pelo princípio e exigir a nossa saída do bloco agressivo e militar da NATO e exigir ainda a saída de Portugal das bases militares americanas.

#### Risos do PSD.

Neste momento, Sr. Deputado César Oliveira, como e que sabe que nos Açores, nas Lajes ou em Vila da Praia da Vitória não há submarinos nucleares? É que todos sabemos que os Estados Unidos não querem as bases no nosso território apenas para fazer vigilância aos Açores ou para apoio logístico, mas, sim, para colocarem bases de mísseis nucleares móveis e submarinos.

Sr. Deputado César Oliveira, é, portanto, esta a questão fundamental que lhe ponho. como é que podemos querer que não instalem armas nucleares no nosso país se à partida admitimos a subordinação aos interesses imperialistas e estratégicos dos americanos e da NATO?

**O Sr Presidente:** — Lembro aos Srs. Deputados que faltam apenas quinze minutos para terminar a tal meia hora de que dispunham para pedir esclarecimentos e que ainda há muitos Srs. Deputados inscritos para esse efeito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**O Sr. Borges de Carvalho (PPM):** — Sr. Deputado César Oliveira, gostaria de lhe colocar apenas algumas questões muito simples.

O Sr. Deputado sabe que a constitucionalidade do diploma que aqui apresentou é pelo menos controversa, sabe que, como ficou aqui já hoje demonstrado à saciedade, o seu diploma está condenado a não passar, sabe também que havia outros meios regimentais, a meu ver mais adequados, para suscitar este tipo de discussão e que esses meios estão à disposição do seu partido, pelo menos uma vez por semana, e sabe, finalmente, que só de uma forma extremamente remota é que a instalação de armas nucleares em Portugal se pode efectuar.

O Sr. Deputado César Oliveira sabe tudo isto tão bem como eu ou talvez melhor, porque estudou com certeza este assunto, coisa que eu não fiz. Portanto, a minha pergunta é esta: qual a razão por que apresenta aqui e agora este diploma?

Será para que o seu partido sobressaia e tenha, digamos, uma forma nova de aparecer na ribalta? Será pura e simplesmente na intenção de fazer perder tempo a esta Casa e de utilizar meios inadequados para uma discussão que pretende provocar? Ou será para provocar a primeira clivagem dentro da Frente Republicana e Socialista e para assim começar por dentro a destruição da cligação pela qual foi eleito, suscitando uma discussão sobre um problema que sabe ser extremamente controverso entre as vossas bancadas?

São estas as questões que lhe queria colocar.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Candal.

**O Sr. Carlos Candal (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As armas nucleares têm diversos perigos, mas entre eles não estará certamente o de provocar clivagens na Frente Republicana e Socialista.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Uso da pa'avra tão-somente para dizer que, para além da discutibilidade da oportunidade desta iniciativa legislativa e para além da discussão que se trava sobre a sua constitucionalidade, eu, pessoal e individualmente, me desolidarizo de muitas das declarações de fundo prestadas pelo meu colega e camarada José Luís Nunes, sem prejuízo da disciplina partidária que acatarei quando o meu partido tomar opinião e decisão sobre a matéria ora aqui trazida, para além do que consta no programa político do Partido Socialista.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

**O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejo, em primeiro lugar, saudar a UEDS pela oportunidade de, com a apresentação deste projecto de lei, suscitar este debate na Câmara e, em segundo lugar — e antes de entrar na exposição da minha pergunta concreta —, afirmar que, tal como o Sr. Deputado César Oliveira, penso que, dentro dos compromissos existentes na NATO, nada nos impede de tomar a decisão de proibir a instalação de armas nucleares ou o seu estacionamento temporário no território nacional ou em águas territoriais portuguesas, aliás à semelhança do que outros países já fizeram, como, por exemplo, o Canadá, a Noruega e a Dinamarca.

Por outro lado, penso que a instalação de armas nucleares em Portugal ou a sua permanência nas nossas águas territoriais acarreta perigos muito elevados para o nosso povo e penso não haver suficiente sensibilidade, a nível nacional, para a questão dos perigos que acarretaria a instalação de armas nucleares em Portugal.

Independentemente do resultado que venha a ter o debate e a votação final do projecto de lei aqui apresentado e no âmbito desta iniciativa, para que a Assembleia da República possa de facto tentar conhecer o sentir vivo da nossa população em relação a esta matéria, a questão que em concreto coloca à UEDS era a de saber se o Sr. Deputado César Oliveira não pensa que seria pertinente utilizar os meios regimentais próprios para que este projecto de lei e, naturalmente, o debate que se irá prosseguir possam ser mais amplamente divulgados. É nesse sentido que este projecto de lei, como tantos outros, por exemplo, na área do trabalho, deve ter divulgação junto do nosso povo e possa depois ter a audição da opinião do povo português em relação à matéria constante deste seu artigo único que proíbe a instalação de armas nucleares em Portugal e em águas territoriais portuguesas.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Marcelo Curto.

**O Sr. Marcelo Curto (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É conhecida a minha opinião pessoal sobre este problema particular e, em geral, sobre o problema das armas nucleares é conhecida também a minha luta, em associação com outros camaradas, em relação principalmente aos euromísseis. Esta minha posição pessoal leva-me, portanto, a discordar de algumas posições, que suponho serem também pessoais, do meu camarada José Luís Nunes.

Mas eu queria efectivamente fazer uma pergunta ao Sr. Deputado César Oliveira, que é a seguinte: Será que esta proibição prevista pelo seu projecto de lei se fundamenta em qualquer dado de informação segundo o qual há um projecto, a ameaça ou a previsão de que armas nucleares serão instaladas no nosso território ou nas nossas águas territoriais?

**O Sr. Presidente:** — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Américo Dias.

**O Sr. Américo Dias (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A apresentação do projecto de lei da UEDS faz com que a voz do PSD neste campo se clarifique pela seguinte situação: começamos por considerar duvidosa, se não mesmo inconstitucional, a apresentação do presente projecto de lei por argumentos aqui já aduzidos por outros Srs. Deputados, mas fundamentalmente porque entendemos que nesta fase da vida constitucional portuguesa não é ainda à Assembleia da República que compete decidir sobre a matéria aqui apresentada.

No entanto, em nome da bancada do PSD, não deixaremos de perguntar ao Sr. Deputado da UEDS César Oliveira como consegue compatibilizar a filosofia subjacente à apresentação do seu projecto de lei com o tratado que mantemos com a NATO?

Além disso, queria dizer-lhe que o PSD reservará também a discussão com mais profundidade sobre este aspecto para quando se fizer a discussão do projecto em análise.

No entanto, da apresentação deste projecto de lei, e num outro campo, ressalta um facto politicamente importante e que convém aqui frisar para alertar o povo português: é que a solidade de princípios, de ideias e de filosofias apresentados durante muito tempo ao povo português pelas forças componentes da UEDS ficou aqui, pela primeira vez, demonstrado não ser uma realidade, e ainda falta discutir muitos outros pontos, como a entrada na CEE e tantos outros que não vou agora revelar.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Lopes Cardoso também se inscreveu para pedir esclarecimentos?

**O Sr. Lopes Cardoso (UEDS):** — Não era eu, Sr. Presidente. O Sr. Deputado António Vitorino é que pediu a palavra para prestar um esclarecimento.

**O Sr. António Vitorino (UEDS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O Sr. Presidente:** — No fim, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques.

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate que aqui ocorre já permite tirar duas conclusões.

A primeira é que a ecologia da AD está a ir por água abaixo.

A segunda é que nunca nesta Assembleia ouvimos a AD invocar tantas vezes a Constituição e mostrar tantas preocupações constitucionalistas como agora.

Estas duas conclusões parecem, apesar de tudo, suficientemente claras. No entanto, julgo que todos nós devíamos ter a consciência da necessidade de impedir um conflito nuclear generalizado ou localizado, sabendo nós que, mesmo que esse conflito fosse localizado, rapidamente passaria a ser generalizado.

Julgo que todos sabemos, ou devíamos saber, que o potencial nuclear existente neste momento em todo o mundo serviria para destruir o nosso planeta dez, doze ou quinze vezes.

E perguntamos se depois de destruído o mundo a primeira vez, valeria a pena utilizar aquilo que restasse. Com certeza, Sr. Presidente e Srs. Deputados, todos sabemos que não seria o Sr. Deputado João

Morgado ou o Sr. Deputado Borges de Carvalho a ser pouparo nessa hecatombe nuclear. Esta hecatombe nuclear atingiria todos nós. Nesta matéria não há armas selectivas e alvos selectivos.

Todos temos a consciência da necessidade de alertar as consciências de todos os homens, de todas as mulheres, de todos os jovens, para os perigos reais de uma hecatombe nuclear. Julgo que aqui está um objectivo válido para todos aqueles que estiverem interessados em juntarem os seus esforços.

É preciso alertar a opinião pública, nacional e mundial. Essa tarefa tem sido realizada por partidos democráticos, pelos partidos de esquerda, pelos movimentos da paz, pelos sindicatos, pelos trabalhadores, por inúmeras outras organizações.

Por tudo isto pensamos que o projecto de lei da UEDS se pode considerar uma iniciativa positiva, que pode permitir um debate sério sobre estas matérias nesta Assembleia e pode permitir também o reforço de todos aqueles que dentro e fora desta Assembleia lutam pela paz, lutam pelo desanuviamento, lutam pelo desarmamento. E é tanto mais importante esta iniciativa quanto todos estamos com certeza bem lembrados de que ainda há bem pouco tempo dirigentes e governantes da AD se manifestaram no sentido de admitir, e até de defender, o estabelecimento de armas nucleares em Portugal.

Já que estamos a falar de Constituição, todos temos com certeza bem presente o artigo 7.º da nossa Constituição.

Portugal tem sido até agora um país desnuclearizado. Lutaremos para que este facto se continue a verificar, até porque sabemos duas coisas: primeira, há um consenso internacional no sentido de países e zonas desnuclearizadas, na eventualidade de um conflito nuclear, não poderem ser atingidas por armas nucleares dos países que já as possuem; segunda, existem propostas concretas, apresentadas nas Nações Unidas, em Genebra, em várias reuniões e conferências internacionais que vão neste sentido.

Com base nesta questão, formulo a primeira pergunta: Sr. Deputado César Oliveira, o que pensa desta proposta e das iniciativas que foram tomadas neste sentido?

Outro aspecto a referir é o seguinte: é que constatamos a existência, por um lado, de um equilíbrio militar estratégico, quer a nível mundial, quer a nível da Europa. E constatamos também a necessidade de pôr em prática uma política de desanuviamento, uma política de desarmamento.

Pensamos que se for possível realizar uma conferência europeia sobre desanuviamento e desarmamento ainda este ano — e essa pode ser uma das conclusões da conferência de Madrid, que neste momento se desenrola —, estas iniciativas são positivas. E por isso gostaríamos de ouvir do Sr. Deputado César Oliveira o que é que ele pensa acerca das propostas que defendem efectivamente uma política de desanuviamento e de desarmamento e também daquelas que, tendo em conta a necessidade imperiosa de avançar com uma política dessas, visam, na realidade, reduzir, pelo menos numa primeira fase, os perigos de uma guerra nuclear.

Igualmente gostaríamos de saber o que é que ele pensa, em contrapartida, daqueles que, dizendo-se defensores do desanuviamento e do desarmamento,

apenas aceleram a corrida aos armamentos para terem iniciativa e poderem eventualmente pressionar determinados acontecimentos a nível mundial, inclusivamente, quem sabe, pressionar a exclusão de um conflito nuclear, cujas consequências imaginariam que não revertiam contra si próprios.

- De facto, Sr. Deputado César Oliveira, julgo que esta questão devia ser respondida.

As armas nucleares não são boas ou más, vêm daqui ou daí. As armas nucleares são todas más, aliás todas as armas são más. Resta saber qual a aplicação que tem sido feita dessas armas, quem as usa, etc. Resta saber muitas coisas e discutir muitas questões que estão por detrás disso.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — O Afeganistão!

**O Orador:** — No entanto, há uma coisa muito concreta nesta matéria: é que há propostas reais que têm sido avançadas a nível internacional — nas Nações Unidas, na Conferência de Genebra, na Conferência de Madrid, em inúmeras conferências internacionais —, e essas, sim, é que são as propostas boas ou as propostas más.

Independentemente de saber donde é que vêm essas propostas, gostaria de saber se o Sr. Deputado César Oliveira está de acordo com o congelamento ou a redução dos mísseis nucleares já estacionados na Europa. Conhece as propostas concretas que já foram avançadas nesse sentido, nomeadamente pela União Soviética?

Vozes do PSD e do CDS: — Ah!...

**O Orador:** — Qual a sua opinião acerca das propostas apresentadas nas últimas conferências internacionais sobre esta matéria?

E, Srs. Deputados que disseram um ah!, provavelmente ignorante, repito que sublinhei «independentemente de saber donde é que vêm essas propostas».

Em matéria de armas nucleares, de facto não há armas boas nem armas más, o que está em causa é a sua utilização.

Quanto às propostas concretas no sentido do desarmamento e do desarme, há, sim, propostas boas e propostas más. Nós estamos do lado daqueles que fazem propostas boas. A AD está do lado daqueles que não fazem propostas ou as fazem más.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado César Oliveira quer responder já ou prefere que o seu colega de bancada dê primeiro o esclarecimento?

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Respondo já. Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, não faço comentários à intervenção do meu querido camarada e velho amigo Sr. Deputado José Luís Nunes no que respeita às suas considerações sobre a FRS.

Como reconheceu o Sr. Deputado José Luís Nunes, houve nesta iniciativa legislativa da UEDS o mérito

de provocar uma discussão que muita gente tem medo de encarar de frente.

Antes de se ter iniciado esta sessão, tive o cuidado de distribuir pelos partidos que integram a FRS cópia da minha intervenção. Contudo, há uma parte da intervenção do Sr. Deputado José Luís Nunes que me deixa perplexo, bem como a intervenção do Sr. Deputado do PSD. Eu sou novo nesta Casa, mas parece-me que o Sr. Deputado José Luís Nunes, que é um dos mais lídimos representantes da Comissão da Defesa Nacional, e o Sr. Deputado Ângelo Correia, que é o seu presidente, das duas uma: ou ignoraram a Constituição, que agora invocam, ou então, passe a palavra, «meteram a pata na poça», visto que foi o próprio Sr. Deputado Ângelo Correia quem convidou os representantes das forças armadas a discutir amanhã connosco esta matéria. Em que ficamos?

Por outro lado, não aceito a previsível dedução que posso fazer de algumas palavras do meu querido amigo Dr. José Luís Nunes. Com certeza não leu a minha intervenção, que foi distribuída, e, portanto, vem completamente a despropósito referir a campanha sobre a bomba de neutrões ou sobre desarmamentos iniguais.

Sr. Deputado João Morgado, tenho na minha frente o texto do Tratado do Atlântico Norte. Deste texto não se infere a obrigatoriedade de todos os países membros da Aliança Atlântica aferirem por alguns o seu equipamento, segundo formas determinadas.

Vou ler-lhe um artigo do Sr. R. Amer Junior, representante dos Estados Unidos da América no Comité Executivo do Grupo dos Planos Nucleares — obviamente não lhe vou ler todo o artigo, mas só uma passagem muito significativa.

Diz aquele senhor: «Em primeiro lugar, modernizar a força nuclear do teatro de operações da OTAN, com vista a fortalecer a dissuasão da guerra. Em segundo lugar, procurar entabular negociações com a União Soviética, envolvendo a força nuclear do teatro de operações, com vista a estabelecer um equilíbrio nuclear global mais estável e níveis mais baixos de armamentos e assim fazer progredir a détente.»

Julgo que neste caso o Sr. Deputado João Morgado é mais papista que o Papa e portanto está, inclusive, a retirar da própria OTAN alguma coisa que é também preocupação fundamental dos parlamentares da Organização, que é a détente, o desanuviamento, a redução progressiva, controlada e simultânea, das armas nucleares.

Sr. Deputado João Morgado, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, aquando da discussão do Programa do Governo — e não ouvi nenhuma intervenção do Sr. Ministro da Defesa, porque não a fez —, admitiu que Portugal tem adversários e não tem inimigos.

Não me consta que no Programa do Governo — e li-o atentamente — se admitisse a possibilidade de instalação próxima de armas nucleares em Portugal.

O Sr. Deputado João Morgado, pelos vistos, leu melhor o Programa do que eu, está melhor informado do Programa do que eu — certamente isso não é de estranhar —, e pelos vistos há esse perigo imediato,

Lamento que não esteja presente o Sr. Deputado Borges de Carvalho. Aliás, o PPM é useiro e vezeiro

em protestar e fazer esgrimir alguns moinhos de vento que depois não concretiza. Da parte da UEDS, direi que nós procuramos sempre pôr os actos de acordo com as nossas palavras.

O Sr. Deputado Borges de Carvalho, que fez uma série de perguntas e algumas insinuações graves sobre a minha intervenção, saiu da Sala e por isso não lhe responderei.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Deputado Heriberto Goulart, é evidente que pensamos usar os meios regimentais para discutir o nosso projecto de lei publicamente.

Aproveito a oportunidade de o Sr. Deputado do PSD se ter referido à coesão da FRS para tecer umas breves considerações sobre isso.

Sr. Deputado, só aqueles que têm da democracia uma concepção unanimista, só aqueles que não admitem a divergência, só aqueles que não admitem o pluralismo autêntico é que podem estranhar que numa formação democrática, de partidos democráticos, como é a FRS, não haja a coragem democrática de publicamente pôr as divergências.

Não fazemos como a AD, que tudo faz nos bastidores, como agora, a propósito da eleição do Provedor de Justiça, manifestamente fica expresso com a partilha de órgãos do poder entre os seus partidos. Temos a coragem de assumir publicamente as nossas divergências, quando as há. E nisto somos profundamente democráticos e não esperamos lições de ninguém, sobretudo daqueles que estão sistematicamente habituados a tudo resloverem no silêncio dos gabinetes.

*Aplausos do PS e da UEDS e protestos do PSD e do CDS.*

Descanse, Sr. Deputado, e fique tranquila a AD, que não é por esta questão que a FRS vai abaixar, porque, em função do desastre que vai sendo o governo da AD, temos cada vez maiores *chances* para proximamente os desalojarmos do poder.

O Sr. Deputado Sousa Marques formulou muitas perguntas, inteligentemente feitas, reconheço.

Digo-lhe que somos frontalmente pelo desanuvamento, pela *détente* e pelo desarmamento. Simplesmente também lamentamos que quem tantas vezes se diz pelo desanuvamento e pelo desarmamento muitas vezes silencie a sua voz quando o desanuvamento é posto em causa por ingerência de potências em países da sua esfera de influência.

**Vozes do PS e da UEDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Estamos de acordo quanto à utilidade de reuniões, de debates, de conferências internacionais, que preservem a paz, porque é a única alternativa que nos resta no sentido de assegurar a sobrevivência da Humanidade. Mas esclareço que quando falamos em desarmamento, quando falamos em preservar a paz, quando falamos na necessidade de negociações, não pomos restrições a essas negociações e a esse desarmamento. Não consideramos que se possam aplicar certos critérios a uns e não se aplicar esses mesmos critérios a outros. Por isso, estamos abertos à discussão pública, consideramos salutares

todas as iniciativas no sentido de discutir esses problemas, e esta nossa iniciativa mais não é, afinal, que o propósito de discutir publicamente todas estas questões. Aliás, a correcção desta nossa iniciativa, independentemente do resultado ou do prosseguimento do debate, está a ver-se pelo debate nesta Câmara.

Finalmente, há alguém nesta Casa que tem a coragem de encarar estas questões de frente. E ao colocá-las não queremos sobressair, porque podemos sobressair por outras razões, como foi o caso em que a própria bancada da AD, incluindo o PPM, se levantou para bater palmas aquando da sessão de homenagem ao Dr. Sá Carneiro. Não precisamos de expedientes para sobressair, talvez o PPM, para poder demarcar-se sub-repticiamente da AD, precise de expediente do Alqueva ou de proferir ingénuas declarações políticas que depois não se concretizam em actos. A UEDS põe sempre as palavras de acordo com os actos.

Portanto, este debate vai ser salutar. Partimos para ele com uma total disponibilidade, queremos aprender com todas as forças políticas, particularmente com os nossos camaradas da FRS, que queremos consolidar e aprofundar.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado António Vitorino ainda quer dar o esclarecimento?

**O Sr. António Vitorino (UEDS):** — Quero, sim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, mas agradece que fosse breve, porque já ultrapassámos largamente a meia hora.

**O Sr. António Vitorino (UEDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando o Grupo Parlamentar da UEDS apresentou este projecto de lei, tínhamos consciência de que era uma matéria complexa e delicada. Mas gostamos desses desafios, porque pensamos que a vivência democrática é, em si, complexa e delicada. Pretendemos acima de tudo que o debate da questão de fundo sobre a instalação e estacionamento de armamentos nucleares no nosso país não seja preterida por questões de natureza meramente processual.

Contudo, quando a questão processual que é levantada é a questão da legitimidade constitucional de adoptar uma determinada medida legislativa, naturalmente não consideramos essa questão uma bizantinice de natureza estritamente formal, sobretudo quando a questão da constitucionalidade é levantada pela voz tão avisada do ilustre deputado constituinte e colega da bancada da FRS, Sr. Deputado José Luís Nunes.

Todavia, direi que me vejo na obrigação de discordar da interpretação constitucional que o Sr. Deputado José Luís Nunes faz da iniciativa legislativa que a UEDS entendeu dever apresentar a esta Câmara.

Com efeito, o problema que aqui suscitamos não é uma questão de natureza estritamente militar, não recaendo, por esse efeito, no âmbito do artigo 148, n.º 1, alínea a), da Constituição, que comete ao Conselho da Revolução competência de legislar em matéria de organização das forças armadas. É, em nosso entender, uma questão fundamental que integra a problemática de fundo da organização da defesa na-

cional e que cai, clara e inequivocamente, no âmbito do artigo 167.º, alínea *l*), da Constituição, reserva de competência da Assembleia da República.

Mais: a decisão, quanto à questão do armamento nuclear, prende-se com o próprio exercício dos direitos fundamentais do cidadão, prende-se com a própria consciência nacional e com a segurança colectiva dos Portugueses e, nesse sentido, abrange matérias que cabem, clara e inequivocamente, no âmbito da competência própria da Assembleia da República.

Quanto à eventualidade de esta matéria recair no âmbito do artigo 148.º, n.º 1, alínea *b*), da Constituição, e portanto ser da competência do Conselho da Revolução por ter de ser regulada por força de um tratado internacional, consideramos que ela não diminui os compromissos assumidos por Portugal em relação à NATO, pois que com esta iniciativa pretende-se apenas que uma matéria de tão magna importância para a organização do Estado democrático português seja assumida pelo órgão representativo da vontade popular, que é a Assembleia da República.

Récusamos admitir que esta matéria tenha de ser objecto de apreciação prévia, em termos de um tratado internacional celebrado com qualquer outro país ou celebrado no âmbito da NATO. Não há tratado internacional qualquer prévio à resolução desta questão e à adopção de uma decisão pela Assembleia da República.

A não ser que existam compromissos internacionais secretos, de que o povo português não tem conhecimento, esta decisão compete à Assembleia da República, porque é uma forma de exercer a soberania popular que em nós se encontra delegada.

**Vozes da UEDS:** — Muito bem!

**O Sr. João Morgado (CDS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto.

**O Sr. Presidente:** — Se pudesse dispensar o protesto, pois o tempo está largamente ultrapassado, a Mesa agradaria, porque temos de fazer uma votação cuja contagem arrisca-se a não caber dentro da hora régimental.

**O Sr. João Morgado (CDS):** — Nesse caso desisto, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, todos têm três boletins de voto. Mas como alguns manifestaram algumas apreensões quanto à forma de votar, peço a vossa atenção para o seguinte: para o Conselho Nacional do Plano, há a candidatura do presidente e a dos três vice-presidentes, que serão todos eleitos. Portanto, aqui não haverá dúvidas quanto à utilização dos rectângulos do boletim de voto.

Quanto à votação para o Provedor de Justiça, que é o boletim cor-de-rosa, há uma correção a fazer apenas em relação ao Sr. Dr. Magalhães Godinho, que não foi apresentado só pelo PS mas pela FRS. Aqui levantaram-se problemas e a Mesa pensa que a maneira de os evitar seria a de os Srs. Deputados votarem num dos candidatos «sim» e noutro «não» ou «abstenção».

**Vozes:** — Não, Sr. Presidente!

**O Sr. Presidente:** — Pretendem manifestar a vontade em relação só a um dos candidatos?

É que o problema põem-se em relação à abstenção. Na opinião da Mesa, devia haver um boletim para cada candidato e cada um punha na urna apenas aquele que respeitasse ao candidato em que votasse.

**O Sr. Carlos Candal (PS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

**O Sr. Carlos Candal (PS):** — É apenas para dar uma achega, no sentido de que o que importa acautelar, ao preencher este boletim de voto, é que não haja tomada de posições incompatíveis. E penso que essa insinuação de V. Ex.<sup>a</sup> implica alguma incompatibilidade; na medida me que se trata de escolher um dos candidatos e não fazer uma apreciação sobre ambos.

Daí que o sentido da minha recomendação modesta é que se possa votar abstenção em ambos os nomes, porque não há incompatibilidade. Mas quem votar «sim» num dos nomes terá de votar «não» no outro.

**O Sr. Presidente:** — Era isso que pretendia esclarecer quando toda a gente começou a protestar.

*Risos.*

A Mesa aceita a sugestão e pensa que é esse o método mais correcto para se efectuar a votação, quer para o caso do Provedor de Justiça, quer para o caso de membro da Comissão Constitucional.

Conforme ficou combinado na reunião dos líderes dos grupos parlamentares, vai ser estabelecido o período de uma hora para que os Srs. Deputados possam votar. Este período consome o tempo do intervalo régimental.

Convidado para escrutinadores a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Catão, do PSD, e Bento Elísio de Azevedo, do PS.

Informa a Câmara que a partir deste momento está suspensa a sessão e que não haverá chamada, podendo os Srs. Deputados exercer o seu direito de voto até às 19 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

*Eram 18 horas e 30 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Está reaberta a sessão.

*Eram 19 e 30 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está encerrado o período destinado às votações. Por isso, peço aos escrutinadores para procederem ao apuramento dos votos.

Srs. Deputados, informa a Assembleia que deram entrada na Mesa os seguintes diplomas: projecto de lei n.º 121/II, apresentado pela ASDI, sobre pequenas dívidas em execução fiscal, que foi aceite e baixa à 8.ª Comissão; projecto de lei n.º 122/II, apresentado pela ASDI, sobre a poluição marítima por descarga de produtos petrolieros que foi aceite e baixa à 15.ª Comissão; projecto de lei n.º 123/II, apresentado pelo PSD, renovando o projecto de lei n.º 435/I, sobre a criação da freguesia de Santa Luzia, no concelho de Tavira, que foi aceite e baixa à 16.ª Comissão; projecto de lei n.º 124/II, apresentado pelo PS, sobre

a criação de freguesia de Praia de Mira, no concelho de Mira, que foi aceite e baixa à 16.<sup>a</sup> Comissão; projecto de lei n.º 125/II, apresentado pela ASDI, sobre os horários de funcionamento dos consulados, que foi aceite e baixa à 13.<sup>a</sup> Comissão; finalmente, igualmente apresentado pela ASDI, o pedido de ratificação n.º 76/II relativo ao Decreto-Lei n.º 18/81, de 28 de Janeiro, que estabelece medidas destinadas a criar condições para a intervenção em tempo útil do Tribunal de Contas no domínio do julgamento das contas.

O Sr. Deputado Guerreiro Norte vai proceder à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — É do seguinte teor:

#### **Comissão de Regimento e Mandatos**

##### **Relatório e parecer**

Em reunião realizada no dia 3 de Fevereiro de 1981, pelas 17 horas e 30 minutos, foi apreciada a seguinte substituição de deputado, solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

João Lopes Porto (círculo eleitoral do Porto), por Manuel Ferreira de Andrade. Esta substituição é pedida para o período de 3 a 5 de Fevereiro corrente, inclusive.

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respetiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concorrente círculo eleitoral.

Ficaram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por maioria, com a abstenção do Deputado da União Democrática Popular.

A Comissão: Presidente Mário Júlio Montalvão Machado (PSD) — Secretário, Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS) — Secretário, José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Cristóvão Guerreiro Norte (PSD) — Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva (PSD) — Mário Marques F. Maduro (PSD) — Nicolau Gregório de Freitas (PSD) — Valdemar Cardoso Alves (PSD) — João Alfredo Félix Vieira Lima (PS) — Bento Elísio de Azevedo (PS) — Alfredo Pinto da Silva (PS) — António Jacinto Martins Canaverde (CDS) — Narana Sinai Coissoró (CDS) — António Cardoso Moniz (PPM) — Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI) — António Manuel de Carvalho F. Vitorino (UEDS).

O Sr. Presidente: — Se não houver oposição, considera-se aprovado o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos que acabou de ser lido.

Pausa.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende dar uma informação à Câmara.

Sob o ponto de vista regimental, será difícil ao Sr. Presidente conceder-me a palavra. No entanto, como estivemos a examinar durante o intervalo o «papel provocatório» que foi colocado na nossa bancada — entregue pelo Sr. Deputado Nandim de Carvalho —, pensamos ser importante informar a Câmara de que decidimos requerer um inquérito parlamentar sobre o teor desse documento e sobre as acusações que o Sr. Deputado Nandim de Carvalho teceu e pelas quais é o principal responsável. Esse pedido de inquérito está a ser elaborado, mas pretendemos o registo exacto das intervenções proferidas pelo Sr. Deputado João Lima e pelo Sr. Deputado Nandim de Carvalho. Após obtermos esses textos, finalizaremos a sua elaboração e entregá-lo-emos na Mesa da Assembleia da República.

Por dificuldades técnicas, é impossível elaborar até ao final da sessão de hoje o texto definitivo. No entanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não quer deixar de informar a Câmara de que vai requerer esse inquérito e de que não admite, nem aceita, o tipo de comportamento que teve o Sr. Deputado Nandim de Carvalho. Por isso, accionará os mecanismos indispensáveis para que uma situação deste tipo seja clarificada, de forma a que a honra e dignidade do Sr. Deputado João Lima fiquem intactas por incidentes semelhantes.

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos entrar no ponto seguinte da nossa ordem do dia. Está em discussão a criação da Comissão Eventual para o Ano Internacional do Deficiente.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Ernesto.

O Sr. José Ernesto (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ocupamo-nos hoje de um tema que, pela sua actualidade, pela dimensão humana de que se reveste, pelo empenhamento que exige a todos e a cada um de nós e pelos contornos dramáticos que o definem, espera a atenção desta Câmara. Ao fazê-lo, não pretendemos tanto evocá-lo, mas fundamentalmente para aqui deixarmos a nossa proposta e o nosso contributo para que o Ano Internacional do Deficiente não seja apenas mais uma efeméride apaziguadora de algumas consciências pesadas. Assim o entendeu o Grupo Parlamentar do PCP ao apresentar à Assembleia da República a proposta de constituição de uma Comissão Eventual para o Ano Internacional do Deficiente no seguimento do voto aqui aprovado em 8 de Janeiro e que justamente mereceu a unanimidade desta Câmara.

A dimensão que a problemática dos deficientes ocupa à escala mundial, cerca de 450 milhões, levou a que a Organização das Nações Unidas, através da Organização Mundial de Saúde e da UNICEF, declarasse o ano de 1981 como Ano Internacional do Deficiente. Se retivermos o simples facto de que destes 450 milhões cerca de 1 milhão são portugueses, ou, na crua verdade dos números, de que cerca de 1 em cada 10 portugueses é deficiente, para a dimensão nacional de tão dramática realidade não confortará certamente esta Câmara o facto de se ter ficado pela aprovação de um voto de saudação. É preciso mais! Isso exige 1 milhão de deficientes portugueses e a consciência de toda a sociedade, e nós podemos dar hoje aqui nesta Assembleia um primeiro e importante passo nesse sentido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há que resolver os problemas dos deficientes que temos, mas há sobre tudo que atacar as causas da deficiência. Nesta matéria, o humanitarismo tem o seu lugar, mas importa não confundir a solidariedade, que a todos é exigida, com a consternação mais ou menos caritativa. Importa, pois, procurar nos caminhos, hoje científicos, que explicam a deficiência o ponto de partida para a tarefa que aqui nos propomos.

Porquê tanto deficientes em Portugal?

Para além das causas genéticas, cromossómicas, ou das alterações ou normal desenvolvimento embrionário ou fetal, temos todo o enorme grupo das deficiências adquiridas, derivadas todas elas das injustiças, das heranças negras do fascismo, e um subdesenvolvimento ainda muito característico da sociedade portuguesa. Como não pensar na imperatividade da recriação de um Serviço Nacional de Saúde se o vírus de rubéola pode provocar deficiências no embrião, que vão desde graves doenças cardíacas a perturbações mentais? Se a gravidez em idade avançada ou as sucessivas ou pouco espaçadas podem levar ao mongolismo? Se a sifilis congénita às perturbações mentais ou à cegueira? Se o alcoolismo dos pais a gravíssimos atrasos do desenvolvimento, por vezes irreparável, nos filhos?

Tudo isto são perturbações que marcam o indivíduo, ou no momento da sua concepção, ou nas primeiras fases do seu desenvolvimento embrionário. Mas, se em todas elas é possível e até fácil descortinar responsabilidade social nas suas origens, é, sem dúvida, no grande grupo das deficiências adquiridas que essa responsabilidade é ainda maior. E, se podemos encontrar no regime fascista, seus governos e políticas, a razão de muitas delas, não é menos certo que, pelo peso da herança e por recentes e presentes faltas de vontade política, há um longínquo caminho a percorrer com urgência. Do fascismo herdámos os deficientes de guerra. São milhares de feridas abertas na carne de toda uma nação a lembrarem, se ainda for necessário, o que foi, o que custou e quem a pagou. Do fascismo herdámos os 40% de analfabetos, que constituem grande parte da população portuguesa, e não é novidade para nenhum de nós o que esse drama representa e quais as consequências para a sociedade que somos. Do fascismo herdámos o recurso à mendicidade e a determinadas formas de entender a solução desta problemática baseadas em concepções meramente assistenciais, que alguns agora pretendem reivindicar e cujos resultados são possíveis de avaliar

nas estações de metro desta Lisboa ou pelas ruas deste país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se muito mais havia a dizer do que herdámos, preferimos passar ao que temos, ao que se faz e ao que não se faz nos dias de hoje. Sem pretendermos desfilar todo o rol imenso de causas, consequências e formas de as evitar que conduzem às deficiências físicas e mentais hoje adquiridas, pensamos ser possível, em breves notas, trazer perante esta Câmara, em toda a sua gravidade, o que se passa hoje na rua aqui, em frente.

Que dizer dos 540 novos casos de paralisia cerebral que anualmente se registam entre nós, dos quais mais de 60% devidos ao facto de o parto se realizar sem ou com más condições de assistência?

Que dizer dos milhares de crianças deficientes que todos os dias uma nutrição carenciada, o ambiente familiar degradado ou o simples abandono produzem?

Que dizer do facto de em Portugal morrer anualmente 1 trabalhador dos caminhos de ferro em cada 1000 por causa acidental quando nouros países da Europa tal taxa é já dez vezes menor?

Que dizer, com a baixa taxa de desenvolvimento industrial que possuímos, depois de sermos o país da Europa com maior índice de acidentes de trabalho e viação?

Foi o enunciar destas e muitas outras perguntas, bem como o precisar das respostas que propõem, que os deficientes portugueses há cerca de um ano definiram no seu primeiro congresso, por sinal o primeiro do género em toda a Europa Ocidental. Não se limitaram à preocupação justa, mas insuficiente e mesmo egoísta, de levantar os seus problemas e de procurarem e reclamarem as suas soluções. Foram muito mais longe e, tal como já nos habituaram, preocuparam-se com igual determinação e empenho na busca de soluções que obstem a que o seu drama se repita. E digo «como já nos habituaram» porque das poucas estruturas existentes capazes de responderem aos seus problemas fácil é constatar que maior parte se deve ao esforço cooperativo e de associativismo dos próprios deficientes e suas famílias, esforço que daqui saudamos e incentivamos.

Disseram que só com uma política de saúde que dê aos cuidados primários a dimensão e a importância que a Organização Mundial de Saúde recomenda e a prática internacional demonstra e que só no desenvolvimento da lei do SNS aqui aprovada se podem encontrar as vias que conduzem à completa prevenção de muitas destas dramáticas situações.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — Clamaram pela aplicação integral da lei do ensino especial — que a maioria parlamentar tem obstruído — como forma de se responder às necessidades educativas e formativas de tão amplo sector da população portuguesa; reclamaram desta Assembleia e do Governo medidas legislativas concretas que promovam a sua integração na sociedade, desde o trabalho à habitação, da educação ao aproveitamento de tempos livres; exigiram uma nova segurança social que acabe com, entre outros escândalos, pensões da ordem das dezenas de escudos para deficientes accidentados de trabalho.

Mas não é com a política que actualmente se segue, onde os serviços de saúde pública, os mais bem pre-

parados para se dedicarem a tão importante e decisiva tarefa, são decapitados, desarticulados e esvaziados de conteúdo, que tais objectivos se alcançarão. Não é com uma política que pretensamente quer moderar a procura dos Serviços Médico-Sociais, através de aumentos de taxas pecuniárias, política que afasta, na prática, milhares de trabalhadores e suas famílias e mesmo os deficientes, que não são, tal como outros, incluídos nos escassos sectores isentados.

Não será assim persistindo nesta política, que se comemorará de forma positiva o Ano Internacional do Deficiente e muito menos se dará satisfação aos justos anseios de quantos, por serem de um grupo social de contornos de classe mal definidos e tem, por isso mesmo, uma capacidade reivindicativa limitada — mas onde os mais pobres têm um peso determinante — merecem de Poder, de todos nós, uma atenção e uma preocupação constante traduzida em actos concretos, e não por bonitos votos e declarações de intenções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito há que fazer para que este Ano Internacional do Deficiente seja realmente um ano diferente para os deficientes de todo o Mundo. A nós compete-nos torná-lo diferente para os nossos compatriotas. Permitam-me, Srs. Deputados, que termine esta minha intervenção trazendo até esta Câmara as palavras autorizadas do Dr. Halfdan Maller, director-geral da OMS, e de James Grant, director do executivo da UNICEF, na sua mensagem a todos os países membros da ONU a propósito deste Ano Internacional do Deficiente:

1981 deve ser um ano de esperança para todos os que sofrem de alguma forma de invalidez. Este ano eles esperam que se inicie uma verdadeira tomada de consciência da necessidade de assegurar a sua participação e integração na sociedade e de fazer progredir os cuidados de readaptação, particularmente para aqueles que de momento não dispõem de qualquer possibilidade de deles beneficiarem. Para os 10 % de pessoas que eu todo o Mundo sofrem de incapacidades físicas ou mentais esta é uma oportunidade de esperarem que a sociedade adopte uma posição mais positiva e novas medidas destinadas aos deficientes.

Mas este ano de 1981 pode também contribuir para chamar a atenção de todos quantos não sofrem de qualquer deficiência para o facto de que ninguém está livre de vir a tornar-se deficiente, temporária ou permanentemente. Temos ao nosso alcance os meios técnicos e financeiros necessários para evitar e prevenir grande número de situações que todos os dias aumentam o pesado encargo que representam as deficiências de todos os tipos. Este facto é particularmente verdadeiro em relação às crianças. Em 140 milhões de crianças deficientes, 80 % vivem nos países em desenvolvimento. Que 1981 seja, portanto, nos planos nacional e internacional, um ano de iniciativas ousadas que procurem reduzir o volume das deficiências que é possível prevenir. Além disso, torna-se igualmente imperativo reduzir o volume das deficiências que é possível prevenir. Além disso, torna-se igualmente imperativo reduzir a incidência das deficiências impossíveis

de evitar através do diagnóstico precoce e do seu tratamento adequado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É este o sentido da nossa proposta; pela nossa parte ficamos com a consciência de que aqui trouxemos uma proposta para que um primeiro passo seja dado nesse sentido. Assim o entendam as restantes bancadas, pois é isso que esperáram 1 milhão de deficientes e todo o povo português

*Aplausos do PCP, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Sampaio para uma intervenção.

A Sr.ª Maria José Sampaio (CDS): — Sr Presidente, Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do CDS, queria dizer que apoiamos a criação desta Comissão Eventual para o Ano Internacional do Deficiente.

No entanto, gostaria que, em relação ao ponto 1 da resolução da Assembleia que criará a Comissão Eventual, as alterações legislativas, designadamente nos domínios do emprego, da segurança social, da educação, da saúde, do desporto, da cultura e da família, tivessem em conta as resoluções da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa de 1955, de 1965 e de 1976, bem como a resolução n.º 73, e que nos objectivos desta Comissão Eventual pudesse ser integrado um estudo sobre a ratificação ou não por Portugal quanto à Carta Social Europeia, cujo artigo 15.º tem a ver com os deficientes, bem como da Carta Europeia sobre os Deficientes Profundos.

Fazendo uma revisão da nossa legislação, parece-me imprescindível que a Comissão Eventual tenha em conta os trabalhos já realizados a nível europeu, designadamente pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr Presidente, Srs. Deputados: A situação dos deficientes em Portugal merece desta Assembleia uma actuação e um cuidado urgente.

Para que a acção legislativa possa ser intensificada;

Para que a participação social possa ser acelerada;

Para que aqueles que estão directamente implicados no processo da deficiência possam sentir o conforto de um maior conhecimento dos seus problemas.

Esses problemas são de várias ordens e exigem, como todos os problemas nacionais, a participação de todas as estruturas disponíveis e uma dinâmica de participação social que possa dar maior peso a essas estruturas e criar uma consciência colectiva onde elas possam funcionar.

A prevenção da deficiência e a sua identificação precoce são tão importante como a prevenção dos acidentes de trabalho ou de trânsito, por exemplo.

A prevenção da deficiência exige um Serviço Nacional de Saúde com participação das estruturas dos deficientes, a criação de uma rede nacional de infântários, de educação pré-primária, assistência materno-infantil, subsídios de aleitamento, subsídio de alimentação nas escolas mais carenteadas.

Nenhuma dessas acções é compatível com a falta de articulação dos serviços de saúde, da educação, da segurança social, do trabalho, de uma política de emprego, de orientação e reconversão profissional.

Conhece-se o efeito da falta de proteínas nas células nervosas, mas também se conhece o efeito da falta de amor, de tranquilidade, no desenvolvimento das mesmas células.

A prevenção do acidente passa por uma correcta orientação profissional, por uma legislação satisfatória do trabalho, pelo ambiente de participação na gestão do próprio trabalho.

A prevenção da deficiência exige ainda um diagnóstico tridimensional: médico, psicológico e sócio-pedagógico.

Toda a prevenção exige, para além de tudo, uma mentalidade social que, preocupando-se com a integração do deficiente, respeite, se responsabilize pelos cuidados de saúde e considere esses cuidados, para além de uma preocupação governamental, uma responsabilidade pública.

Nesta responsabilização colectiva deve atender-se à mentalidade social selectiva, à rigidez da escola, deve privilegiar-se o pensamento educacional face ao problema da deficiência.

Consideramos muito importante a acção das autarquias locais, desde as rampas de acessos nos edifícios, e mesmo simples cortes do passeios nas passagens de peões, até à organização de tempos livres, a acções culturais e à criação de oficinas protegidas. O artesanato pode ser para muitos deficientes uma forma de participação nacional dificilmente substituível. Trata-se, como sempre, de encontrar o caminho da realização pessoal, dentro do aproveitamento mais racional dos recursos humanos e naturais.

Não existe a nível global um rastreio da deficiência, mas números da Organização Mundial de Saúde estimam para Portugal 1 milhão, e destes mais de 200 000 terão menos de 17 anos. Se juntarmos a este número que a taxa de repetência na 1.ª fase do ensino primário é de 30 %, vemos que um grande esforço pesa sobre o ensino.

Os professores do ensino especial na muito vêm reivindicando a regulamentação das suas carreiras e o direito a uma formação profissional de nível superior acompanhada de uma formação continuada. Reclamam também a coordenação entre os serviços do MAS e do MEC e as anomalias grandes existentes dentro da mesma profissão.

Os psicólogos, técnicos indispensáveis desta cadeia, lutam também pela definição das suas carreiras, pelo preenchimento das vagas existentes e pela criação de quadros nos locais onde a sobrecarga de trabalho inutiliza a sua acção.

As previsões do MEC apontam para uma necessidade de 3750 psicólogos só no domínio da reabilitação infantil e as cooperativas CERCIS dizem-se carenteadas de 6000 psicólogos. Apesar disso, a luta pela profissionalização é esgotante e a dignidade da pro-

fissão tem sido aguentada só e apenas por este esforço autogestionário.

A mesma epopeia tem sido escrita pelos médicos de saúde escolar, pelos terapeutas, por assistentes sociais e por enfermeiros.

Poder-se-á dizer sem retórica que um círculo de esforço rodeia o desprezo a que tem sido votado o deficiente em Portugal, tanto no seu tratamento como na sua integração, como até, o que é mais grave, na prevenção.

O MDP/CDE está certo de que esta Assembleia, de uma forma não simbólica, mas consciente, não negará ao esforço de tantos mais o seu esforço.

*Aplausos do MDP/CDE, do PCP e da UEDS.*

*Durante esta intervenção, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente António Arnaud*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Amélia de Azevedo

A Sr.ª Amélia de Azevedo (PSD). — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata está inteiramente de acordo com a proposta apresentada pelo PCP para a criação de uma comissão-eventual para o Ano Internacional do Deficiente.

Como já aqui foi anteriormente salientado, o Grupo Parlamentar do PSD não pode deixar de dar o seu contributo a uma comissão desta natureza e congratulamo-nos com a proposta apresentada pelo PCP. Se esta comissão não pode resultar entre nós a irradiação da deficiência, as medidas e as soluções propugnadas, as orientações e as realizações concretas por certo contribuirão para minimizar este problema e que é da nossa sociedade contemporânea, problema esse não só radicado entre nós, em Portugal, mas também no Mundo.

Solidarizamo-nos com todos os povos do Mundo que neste ano se consagram a essa tarefa nobre, que é a da recuperação e reintegração social dos deficientes.

Resta-nos, em termos muito leigos, acrescentar que nos parece que a Comissão Eventual para o Ano Internacional do Deficiente deveria por certo abrange deputados que pudessem versar assuntos respeitantes não só ao problema da educação especial, mas ainda respeitantes a assuntos sociais, trabalho, desporto, etc. Suponho que a comissão se enriqueceria se pudesse reunir deputados especializados ou, pelo menos, particularmente atentos a esses aspectos. Esta é uma sugestão que faço, porquanto me parece que toda a problemática do deficiente tem de ser vista dentro de um vasto leque de soluções que encarem os problemas dos deficientes nos diversos níveis e aspectos que tocam a esses mesmos deficientes.

O Grupo Parlamentar do PSD está aberto à proposta apresentada e, em tempo oportuno, indicará os elementos que integrarão essa mesma comissão.

*Aplausos do PSD e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estamos no limite do tempo regimental. Creio que todos estarão de acordo em prosseguirmos este debate até ao seu encerramento, facto que acontecerá com a sua votação e com o anúncio do resultado das eleições. Se não

houver objecção prolongaremos a sessão até que se ultimem os pontos que acabo de anunciar.

*Pausa.*

Assim para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Niza.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O ano de 1981 foi declarado pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional do Deficiente, durante o qual, e por recomendação da mesma Organização, se desenvolverá um plano mundial de acção cujo objectivo consiste fundamentalmente na propositura e adopção de medidas que contribuam para a concretização de uma mudança radical na situação dos deficientes em todos os aspectos da sua vida.

Estima-se que a dimensão mundial das diversas situações de deficiência se cifra em 450 milhões de casos e que, no nosso país, 10% da população seja, por qualquer forma, atingida de deficiência de diverso grau e natureza, o que corresponde à dramática realidade de um em cada dez portugueses ser portador de deficiência. Ou, o que é o mesmo de em Portugal existir 1 milhão de deficientes dos quais 500 000 serão deficientes psico-motores, o que agrava ainda mais o problema.

A Constituição de 1976, nos seus artigos 71.º e 72.º, é bem clara à respeito das garantias de prevenção, tratamento, reabilitação e integração dos deficientes que o Estado deve assegurar, bem como a propósito dos deveres de solidariedade social que devem ser cumpridos em relação aos deficientes.

E foi no estrito cumprimento da nossa Constituição, do seu programa e desses deveres, que os governos presididos por Mário Soares em 1976, 1977 e 1978, desenvolveram um conjunto de medidas a favor dos deficientes — hoje talvez caídas ou feitas cair no esquecimento — que agora me permite recordar de passagem.

Ná realidade, foi por iniciativa de ministros socialistas que foi criado o Secretariado Nacional de Reabilitação, departamento fundamental para a execução de qualquer política em relação às deficiências e aos deficientes.

Mas foram ainda os socialistas que produziram legislação em relação às isenções de impostos de selo para automóveis pertencentes a deficientes, que estabeleceram a preferência em relação aos deficientes na manutenção de emprego em caso de despedimento de outros trabalhadores, que determinaram reduções consideráveis no imposto profissional de deficientes cujo grau de invalidez fosse igual ou superior a 60%.

Foram também os socialistas que, na Assembleia da República, fizeram aprovar a Lei n.º 11/78, que estabelece isenção de impostos na importação de veículos automóveis, triciclos e cadeiras de rodas para deficientes.

Foi ainda o PS que viu aprovado o seu projecto de lei — hoje a Lei n.º 66/79 — sobre educação especial e que criou o Instituto para a Educação Especial.

Finalmente, e como medida de maior alcance, foi ainda o Partido Socialista a propor a este Parlamento a Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde, actualmente em vigor.

Pensamos por isso ser lícito afirmar — embora com a consciência plena e preocupada do muito que há ainda a fazer pelos deficientes — que é o Partido Socialista quem mais se tem interessado, quer a nível de Governo, quer no âmbito parlamentar, pela problemática dos deficientes.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem hoje afirmar a sua concordância com a constituição de uma comissão eventual para o Ano Internacional do Deficiente.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sejamos claros e, sobretudo, não sejamos hipócritas: nós, socialistas, entendemos que a eventual criação desta comissão deverá corresponder a uma co-responsabilização sincera, construtiva e eficaz, de todas as forças políticas em relação à problemática dos deficientes, isto é, que todas as forças políticas aqui representadas unam esforços para que esta não venha a ser mais uma comissão, mas uma, despidas de qualquer conteúdo prático e donde nada resulte, como muitas vezes acontece.

Num país onde cerca de 10% dos seus cidadãos são portadores de deficiência, não poderá encarar-se o Ano Internacional do Deficiente como se fossem apenas doze meses de boa vontade, ao fim dos quais se pudesse repousar de consciência tranquila.

A triste realidade é que o problema que agora nos ocupa sendo permanente e universal, tem em Portugal incidências profundas, dramáticas e particulares que lhe acentuam a natureza e gravidade (bastará referir os deficientes das guerras coloniais) e que — de forma persistente e continuada — tem de ocupar as nossas atenções sem quaisquer características de «eventualidade».

Por isso, se de alguma coisa discordarmos em relação a esta comissão, é logo na sua própria designação de «eventual».

Não é verdade que, para um problema de tal dimensão, a «eventualidade» deveria ser desde já encarada como «permanência» ou, melhor ainda, como de «urgência» ou de «emergência»?

Deverá esta comissão, nos seus trabalhos futuros, articular-se e colaborar com todas as instituições estatais ou privadas que em Portugal se dedicam ao problema dos deficientes.

Ela deverá recolher, por exemplo, os trabalhos e a experiência resultantes do I Congresso Nacional de Deficientes, realizado em Abril de 1980.

Sabem os Srs. Deputados que esse Congresso se realizou sem qualquer apoio do Governo da AD de então? Por isso, quando há pouco falava de hipocrisia, não era por acaso ...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PS, na concretização do seu programa social, continuará em 1981 — como o vem fazendo desde a elaboração da Constituição e das eleições legislativas de 1976 — a propor legislação e medidas que contemplem as carências e a problemática global da deficiência e dos deficientes.

Apoiaremos ainda e também todas as iniciativas que, em sintonia com o nosso programa, se dirijam à satisfação dessas necessidades, que são múltiplas e de diversa natureza, desde a escolaridade ao acesso à cultura, da reabilitação médica e profissional à formação profissional e à inserção no mundo do trabalho e consequente integração social dos deficientes.

Medidas que terão de passar ainda, designadamente, pela prevenção e segurança social, pela habitação, urbanismo e transportes para deficientes, pelos tempos livres e desporto, pela efectivação do Serviço Nacional de Saúde.

O nosso desafio e o nosso estímulo é o drama dos cerca de 1 milhão de deficientes em Portugal.

Por isso, votaremos a favor da constituição desta Comissão e nos comprometemos com a nossa activa participação.

O Partido Socialista não faltará às suas responsabilidades para com o povo português: os deficientes, nossos concidadãos em igualdade de direitos, poderão contar connosco.

*Aplausos do PS e do PCP.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo mais oradores inscritos, vamos proceder à votação.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Peço a palavra,

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Lemos Damião.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado. Entretanto agradeço aos Srs. Deputados que quisessem intervir, o obséquio de o comunicarem à Mesa para se evitarem anúncios de votação que depois se não fazem.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para pedir alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado José Niza. Devo dizer que há pouco pedi atempadamente a palavra, também para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado do Partido Comunista e nessa altura a Mesa, talvez porque se não tivesse apercebido, não me concedeu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós, em 1981, a exemplo do que fizemos em 1979 com o Ano Internacional da Criança, estamos a comemorar o Ano Internacional do Deficiente. E também agora, tal como em 1979, muita gente fala dos deficientes. Simplesmente, estou a ver que das palavras aos actos vai uma grande distância. E aparecem agora, tanto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como o Grupo Parlamentar do Partido Comunista, a dizerem que afinal de contas eles é que estão empenhados em resolver os problemas dos deficientes; quando ao fim é ao cabo tal não é certo. Na verdade, a Resolução n.º 411/80, da Presidência do Conselho de Ministros, de 22 de Dezembro, publicada no *Diário da República*, diz o seguinte:

A organização e a celebração das comemorações nacionais do Ano Internacional da Criança serão asseguradas por uma estrutura organizativa especial de composição pluri-sectorial que perdurará até ao encerramento daquelas comemorações.

Como aqui se vê, fica demonstrado que o Governo da AD já em 1980 estava empenhado em defender o problema dos deficientes.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Os deficientes não querem palavras mas, como tal disse a Sr. Deputada Helena Cidade Moura, mais oficinas protegidas, mais psicólogos, mais professores de ensino especial, mais próteses, mais cooperativas CERCIS. Isso é o que eles querem.

E já agora pergunto ao Sr. Deputado José Niza, que pelo visto está tão empenhado, tal como o Sr. Deputado do Partido Comunista, na resolução deste problema que a nós também nos preocupa muito, quantos deficientes poderão ser integrados na máquina do Estado? Que apoio preconiza para as famílias dos deficientes? Que apoio preconiza o Sr. Deputado do Partido Comunista para as cooperativas e associações existentes? Que meios pensam propor a esta Câmara para proteger os deficientes? Julga ser o Governo da AD o responsável por 1 milhão de deficientes que temos em Portugal? Quantos deficientes, Sr. Deputado do Partido Comunista, têm colocados nas UCP's e nas cooperativas?

*Protestos do PCP.*

E que para se resolverem estes problemas são precisas medidas concretas e não palavras. Nós, em 1979, também falámos muito acerca do Ano Internacional da Criança e assistimos a que as crianças continuam a ter os mesmos professores, pois não os têm melhores, continuam a ter as mesmas salas de aula, pois não as têm melhores ...

*Vozes do PCP:* — Isso é por causa da AD!

O Orador: — ... continuam a ir para as escolas descalças ...

*Vozes do PCP:* — Isso é por causa da AD!

O Orador: — Não é por causa da AD, não, Srs. Deputados. Os senhores quando tiveram o poder nas mãos nada fizeram no Ano Internacional da Criança para que as deficiências minorassem. Proventura em 1979 era a AD que estava no Governo?

Agradecia que, se pudesssem, me dessem as respostas.

*Aplausos do PSD e do CDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Niza para responder, se assim o desejar.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, desejo responder, embora para isso tenha alguma dificuldade. Dá-me ideia de que o Sr. Deputado que acabou de falar deve ter deficiência visual ou auditiva, pois que a não ser assim não se compreendia a intervenção que fez que, aliás, achei um bocado surrealista.

*Risos do PCP.*

Mas vou responder-lhe de uma maneira muito simples.

Limitei-me a dizer aquilo que o Partido Socialista e os governos de Mário Soares tinham feito enquanto governos. Relativamente àquilo que a AD fez, julgo que, segundo o que Sr. Deputado afirmou, foi apenas não se ter esquecido em 1980 e 1981 de que haveria o Ano Internacional do Deficiente, mas não me disse que legislação é que fez em favor dos deficientes desde que está no Poder. Isso é que tinha interesse ser aqui dito, mas não o pode ser porque não houve legislação. Esperamos que o novo governo da AD, em Ano Internacional do Deficiente ou não, promova essa legislação de acordo com a sua própria iniciativa.



**Centro Democrático Social (CDS)**

Adalberto Neiva de Oliveira.  
 Alberto Henriques Coimbra.  
 Alvaro Manuel M. Brandão Estêvão.  
 António José Tomás Gomes de Pinho.  
 Diogo Pinto Freitas do Amaral.  
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.  
 Francisco Manuel L. V. de Oliveira Dias.  
 Henrique Manuel Soares Cruz.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.  
 José Girão Pereira.  
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
 Luís Filipe Paes Beiroco.  
 Manuel Ferreira de Andrade.  
 Manuel A. de Almeida de A. Vasconcelos.  
 Maria Cândida v. Hafe A. Cunha Perez.  
 Rogério Ferreira Monção Leão.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
 Ruy Garcia de Oliveira.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Alvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 Alvaro Barreirinhos Cunhal.  
 Armando Teixeira da Silva.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 Jorge do Carmo da Silva Leite.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Manuel Lopes.  
 Maria Odete Santos.

**Octávio Floriano Rodrigues Pato.**

Zita Maria de Seabra Roseiro.

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

Borges de Carvalho.  
 Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.

**Acção Social-Democrata Independente (ASDI)**

António Luciano P. Sousa Franco.  
 Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.

**União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)**

António Manuel C. Ferreira Vitorino.  
 António Poppe Lopes Cardoso.

**Movimento Democrático Português (MDP/CDE)**

Heriberto de Castro Goulart da Silva.  
 Helena Tâmega Cidade Moura.

**Deputados que faltaram à sessão:****Partido Social-Democrata (PSD)**

José Angelo Ferreira Correia.  
 Manuel da Costa Andrade.

**Partido Socialista (PS)**

António Cândido Miranda Macedo.  
 Armando dos Santos Lopes.

O REDATOR DE 1.ª CLASSE, *Carlos Pinto da Cruz*.

**PREÇO DESTE NÚMERO 38\$00**

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA**